

# Plano de Dados Abertos Ministério da Infraestrutura

2020 - 2021

versão 4.1



## Ministério da Infraestrutura

### Ministro de Estado da Infraestrutura

TARCISIO GOMES DE FREITAS

### Secretário Executivo

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO

### Secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias

NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA

### Diretor de Política e Planejamento Integrado

ÉRICO REIS GUZEN

### Coordenadora-Geral de Gestão da Informação

MARIANA CAMPOS PORTO

### Gestora do Projeto

SIRLÉA DE FÁTIMA FERREIRA LEAL MOURA

### Integrantes do Grupo de Trabalho

Área	Titular	Suplente
GM	Paula Gracinete de Oliveira Passos	Alan de Oliveira Lopes
SE	Hercília Maria Caminha Soares	Ricardo Rosas Degaut Pontes
SE/SPOA	Oscar Brandão Muniz	Luis Fernando Fonseca Ferreira
SE/SGETI	Marisa Souza dos Santos	Edison Moreira de Carvalho Júnior
SAC	Gustavo Pacheco Fortes Fleury	Marcelo Leme Vilela
SNPTA	Petterson Breno Souza Costa	Glauber Carvalho Cruz
SNTT	Emanuel Fontes Fonteles	Goldwin Zimmermann da Silva
SNTT/ Denatran	Eduardo Sanches Faria	José Luiz Martins Durço
SFPP	Mariana Campos Porto	Sirléa de Fátima Ferreira Leal Moura

### Autoridade de Monitoramento da LAI

WAGNER ALESSANDER FERREIRA

### Colaboradores

Alexandre Araújo Carneiro - SFPP

Ana Josina Lopes da Silva de Carvalho - SPOA

Andréia Paiva Fagundes - SPOA

Antônio Afonso da Silva - AECI

Carlos Vinícius Brito Reis - Ouvidoria

Cinara Teles de Brito - SPOA

Cláudia Regina Schoueri Colaço - AECI

Cleidemário Luiz de Souza - SPOA

Cristiano Ferreira da Silva - Ouvidoria

Delvan Alves Cipriano - SPOA

Enio Soares Dias - SPOA

Fernanda Leite Silva - SPOA

Fernando André Coelho Mitkiewicz - SGETI

Flávia Enedina Faray Melo - SFPP

Gustavo Rodrigues Sales - SFPP

Lino José de Figueiredo Neto - SGETI

Lucino Gonzaga de Oliveira - Denatran

Marcelo Binenbojm - SFPP

Marcos Antônio Barbosa Saraiva - SGETI

Marisa Souza dos Santos - SGETI

Nayá Neves Miranda - SPOA

Pedro Arthur Braune Guedes - SPOA

Rose Leuda Freitas Damasceno - SPOA

Sérgio Ricardo de Alcântara - SPOA

Tetsu Koike - SFPP

### Projeto Gráfico e Diagramação

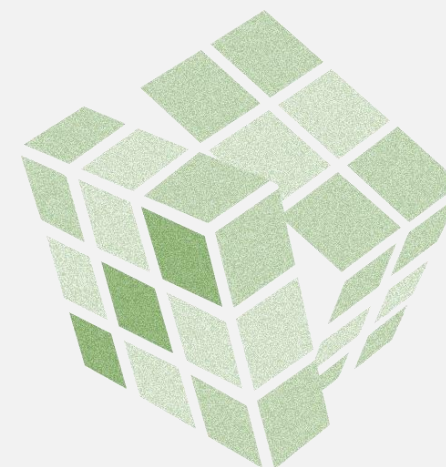
Fernando Machado Saliba Steele Fusaro

## Controle de revisões

Data	Versão	Histórico	Autor
06/12/2019	<b>1.0</b>	Elaboração do Documento	CGINF/DPI/SFPP
14/12/2019	<b>1.1</b>	Revisão do Documento	AECI – CGTI/SPOA
09/09/2020	<b>2.0</b>	Alteração anexos 6, 7 e 8	CGINF/DPI/SFPP
17/09/2020	<b>2.1</b>	Revisão do Documento	CGIT/SGETI
07/10/2020	<b>3.0</b>	Alteração anexos 7 e 8	CGINF/DPI/SFPP
08/10/2020	<b>3.1</b>	Revisão do Documento	CGIT/SGETI
13/01/2021	<b>4.0</b>	Alteração Itens 8, 9 e 10 e anexos 7 e 9	CGINF/DPI/SFPP
09/03/2021	<b>4.1</b>	Revisão do Documento	CGIT/SGETI Autoridade de Monitoramento da LAI

# Sumário

1. Apresentação	05	8. Governança e sustentação	
2. Introdução	05	8.1. Governança	15
3. Objetivos	06	8.2. Sustentação	16
3.1. Objetivo geral		9. Monitoramento e controle	16
3.2. Objetivos específicos		10. Comunicação e participação social	16
4 Diretrizes	06	11. Legislação básica	17
5. Cenário institucional	07	12. Referências	18
6. Definição dos dados a serem abertos		13. Glossário	19
6.1. Identificação dos conjuntos de dados	09	14. Anexos	20
6.2. Priorização dos conjuntos de dados	11		
6.2.1. Consulta pública	12		
6.3. Revisão do PDA 2017-2019	14		
6.4. Dados selecionados para abertura	14		
7. Catalogação no Portal Brasileiro de Dados Abertos	15		



## 1. Apresentação

Este documento contém o Plano de Dados Abertos do Ministério da Infraestrutura – MInfra, com o objetivo de orientar as ações de implementação e promoção da abertura de dados, permitindo a maior transparência das informações e a utilização dos dados públicos pela sociedade civil.

O PDA MInfra foi elaborado em consonância com o disposto na Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011); na Instrução Normativa SLTI nº 4, de 13 de abril de 2012, que institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA; no Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal; na Resolução nº 3/2017 (CGINDA) que aprova as normas sobre elaboração e publicação de Planos de Dados Abertos. Apresenta, ainda, vinculação com os compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito da Parceria para o Governo Aberto (*Open Government Partnership – OGP*) dentre outros normativos que abordam o tema de transparência das informações públicas.

Neste contexto, o Plano é o instrumento de planejamento e coordenação das ações de disponibilização de dados pelo Ministério da Infraestrutura para o biênio 2020-2021.

São definidos neste documento: o cenário institucional vigente no período de elaboração do Plano; os objetivos; a metodologia e os critérios de priorização de conjuntos de dados no âmbito do MInfra; a definição dos conjuntos de dados que serão abertos; as estratégias para abertura dos dados; a governança, a sustentação, o monitoramento e o controle da abertura dos dados; as diretrizes para a comunicação e participação social e o plano de abertura dos dados.

Este documento traz, ainda, uma revisão do PDA 2017-2019, com uma avaliação dos conjuntos de dados que continuarão a ser disponibilizados, e quais terão sua disponibilização descontinuada.

Por fim, as referências, legislação consultada e anexos complementam este documento.

## 2. Introdução

O Ministério da Infraestrutura – MInfra, por meio deste documento institui seu Plano de Dados Abertos, o qual estabelece ações para a implementação e promoção de abertura de dados sob sua responsabilidade.

A elaboração do Plano de Dados Abertos do MInfra para o biênio 2020-2021, reflete o esforço institucional em atender às necessidades da sociedade no âmbito da transparência da informação em consonância ao que é estabelecido na legislação e normativos vigentes.

O acesso às informações geradas pelos órgãos públicos é um direito fundamental assegurado no art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, que também ressaltou a importância da publicação de dados pela Administração Pública Federal no art. 37.

Com a entrada em vigor da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a chamada Lei de Acesso à Informação – LAI, e do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que a regulamentou, o Poder Público passou a ter obrigação legal de não apenas publicar as informações geradas, mas também de disponibilizá-las em formatos abertos e processáveis por máquina, seguindo o preceito dos dados abertos.

Para o Poder Executivo, a publicação do Decreto nº 8.777, em 11 de maio de 2016, ratificou a necessidade de elaboração e publicação de um “Plano de Dados Abertos”.

Neste contexto, em janeiro de 2017 foi publicado o primeiro Plano de Dados Abertos do Ministério, com vigência para o período de 2017-2019.

Este segundo PDA MInfra, válido para o biênio 2020-2021, pretende aprimorar o catálogo de bases existentes, dando continuidade à publicação de alguns conjuntos de dados, e descontinuando a publicação de outros, por fatores que serão devidamente justificados neste documento.

## 3. Objetivos

### 3.1. Objetivo Geral

O objetivo desta iniciativa é aprimorar e promover a abertura dos dados do Ministério da Infraestrutura – MInfra, zelando pelos princípios da publicidade, transferência e eficiência, visando ao aumento da disseminação de dados e informações para a sociedade, bem como a melhoria da qualidade dos dados disponibilizados, de forma a dar maior suporte à tomada de decisão pelos gestores públicos e ao controle social.

### 3.2. Objetivos específicos

- Incrementar os processos de transparência e de acesso a informações públicas;
- Estimular a visualização da informação das ações de Governo no País;
- Estimular a interoperabilidade de dados e sistemas governamentais pela publicação de dados em formato processável por máquina, conforme padrões estabelecidos;
- Identificar os conjuntos de dados disponíveis em cada unidade setorial da instituição;
- Identificar as principais demandas da sociedade;
- Identificar prioridades e disponibilizar dados em formatos abertos;
- Estimular a sociedade civil, bem como a participação social no compartilhamento de dados;
- Aperfeiçoar a estrutura dos dados do MInfra;
- Melhorar a qualidade dos dados disponibilizados;
- Estimular o compartilhamento de dados entre os órgãos governamentais;
- Melhorar a gestão e governança da informação;
- Garantir o processo de atualização dos dados.

## 4. Diretrizes

Além de estar alinhado com os objetivos já descritos neste documento, o processo de abertura dos conjuntos de dados deve levar em consideração as seguintes diretrizes:

- Estabelecer os responsáveis pelo levantamento, organização e abertura dos conjuntos de dados no formato aberto;
- Levantar e organizar o inventário dos conjuntos de dados do MInfra;
- Estabelecer uma metodologia para priorização dos conjuntos de dados, de forma a embasar uma cronologia para a abertura dos conjuntos de dados;
- Considerar o grau de relevância e importância ao cidadão para a priorização dos conjuntos de dados;
- Definir a estratégia de preparação dos dados, como a tabulação adequada dos campos e variáveis, a utilização de ferramentas informatizadas, quando disponíveis, bem como o formato aberto dos arquivos de dados a serem publicados;
- Catalogar e disponibilizar os dados do MInfra, em formato aberto, informando as possíveis limitações de qualidade;
- Publicar os dados e seus metadados, seguindo os padrões definidos pela e-PING, pela Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA e Governo Eletrônico, na medida da capacidade técnica do MInfra;
- Utilizar o CKAN (*Comprehensive Knowledge Archive Network*) como repositório, mantendo os dados publicados atualizados e sincronizados com a origem;
- Publicar os dados selecionados, observando-se o uso de URL fixa, no Portal do MInfra e no Portal Brasileiro de Dados Abertos;
- Primar pela manutenção da atualização dos dados disponibilizados, com a menor periodicidade e maior granularidade viáveis;
- Cumprir o estabelecido no cronograma para abertura dos conjuntos de dados.

## 5. Cenário Institucional

### Política Nacional de Transportes - PNT

No âmbito do Ministério da Infraestrutura – MInfra, o dever da transparência pública bem com a necessidade de divulgação de dados e informações, confiáveis e integrados, foi destacada na Política Nacional de Transportes – PNT. A PNT foi instituída pela Portaria nº 235, de 28 de março de 2018, que tem como objetivo induzir o desenvolvimento socioeconômico sustentável, ampliar e melhorar a infraestrutura nacional de transportes e promover a integração nacional e internacional, de modo a propiciar o aumento da competitividade e a redução das desigualdades do país.

A PNT define um conjunto de objetivos no artigo 4º, dentre os quais vale ressaltar o inciso VII que trata da transparência:

*“Art. 4º A Política Nacional de Transportes tem por objetivos:*

...

*VII - dar transparência à sociedade, ao mercado e aos agentes públicos quanto às ações governamentais do Setor de Transportes;”*

Ainda, dentre as diretrizes definidas, a referida Política destaca a divulgação e integração dos dados e informações:

*“Art. 5º São diretrizes fundamentais no âmbito da Política Nacional de Transportes:*

...

*VII - divulgar dados, informações e ações do Setor de Transportes, confiáveis e integrados, de modo amplo, periódico e acessível;”*

### Planejamento Estratégico do MInfra

Aprimorar a disponibilidade e qualidade das informações tem destaque no Planejamento Estratégico do MInfra para a gestão de 2019 a 2022, lançado em abril/2019. O planejamento está representado no novo Mapa Estratégico (Figura 1), que traduz de forma visual os objetivos estratégicos prioritários da

organização para o período e foi desenvolvido respeitando três perspectivas básicas: resultados para a sociedade, foco de atuação e processos internos. Em processos internos, foi estabelecido o objetivo estratégico “Aprimorar a disponibilidade, qualidade e a integração das informações”, que possui o seguinte detalhamento:

“Visa prover o Setor de Transportes de instrumentos que possibilitem identificar os fluxos de informação entre o Ministério, seus órgãos vinculados e demais órgãos, com a finalidade de integrar e melhorar a qualidade das informações do Setor, visando organizá-las e disponibilizá-las em um ambiente adequado. Estruturar a Gestão do Conhecimento, atuando ativamente na identificação, classificação, retenção e compartilhamento do conhecimento estratégico”.

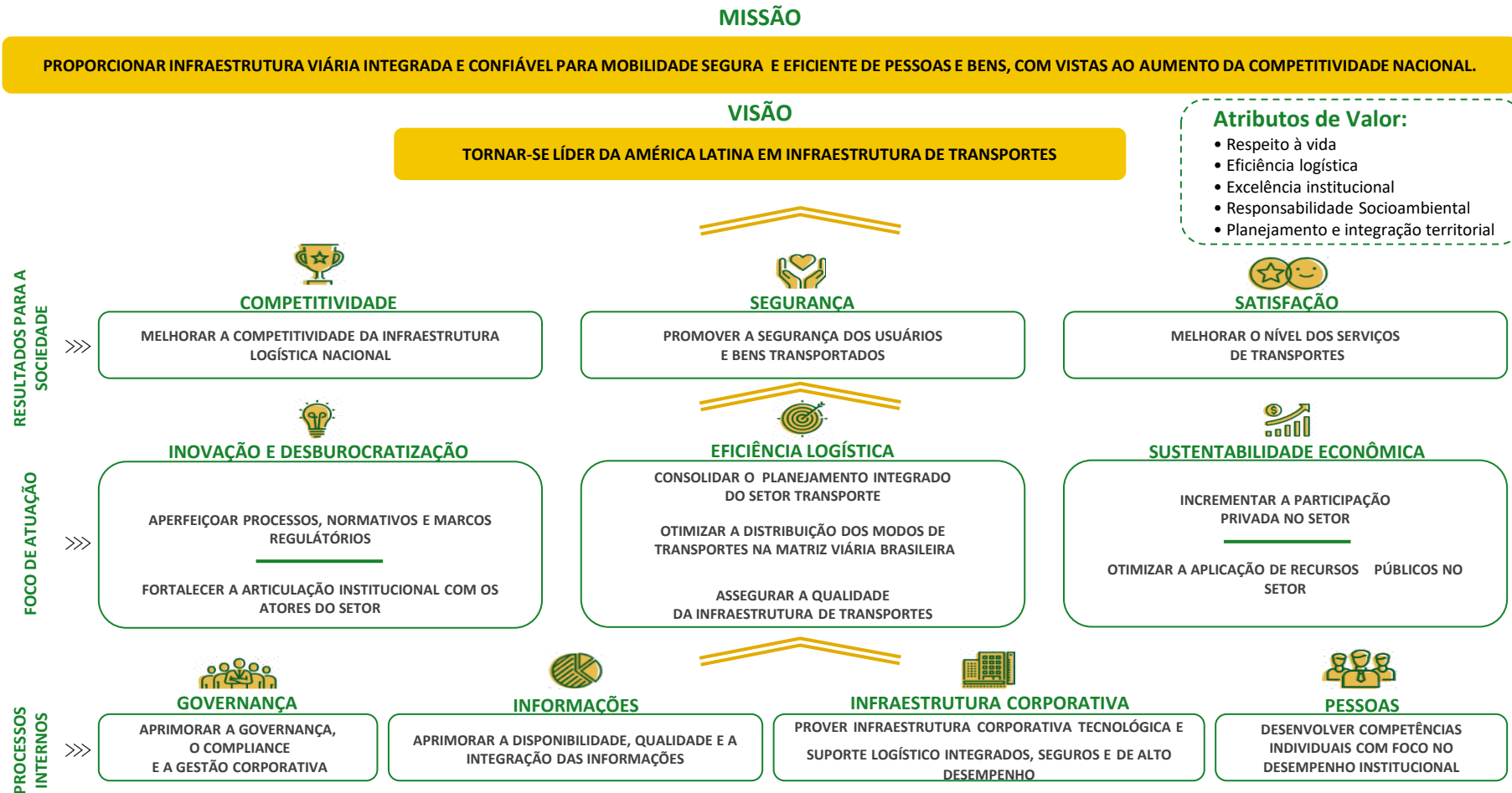
### Programa de Transformação Digital

No âmbito do Planejamento Estratégico, foram definidos programas estratégicos do MInfra, entre eles o Programa de Transformação Digital, que reúne as iniciativas que irão facilitar e simplificar o acesso dos cidadãos e empresas usuárias e componentes do setor aos serviços públicos prestados pelo Ministério e suas entidades vinculadas.

O Plano é dividido em quatro eixos temáticos: Outorgas e Certificações, Operações de Transporte, Trânsito e Fomento, além de um eixo Estruturante. As iniciativas, que vão desde a digitalização da entrada das solicitações até a automatização de processos, impactam diretamente a percepção de qualidade dos serviços do setor, com impacto direto na redução de custos e aumento da competitividade do País.

Nesse contexto, o “Plano de Dados Abertos” compõe o eixo Estruturante do Programa, subsidiando a transformação digital orientada por dados, que habilitará o governo a passar de provedor de serviços para um governo como plataforma para cocriação de valor público.

Figura 1  
Mapa Estratégico - Ministério da Infraestrutura





## 6. Definição dos dados a serem abertos

### 6.1 Identificação dos conjuntos de dados

O objetivo dessa fase foi identificar os conjuntos de dados produzidos em cada setor do MInfra, bem como os responsáveis pela geração e atualização de cada conjunto de dados.

Cabe ressaltar que, ainda que o Ministério da Infraestrutura seja a referência para a obtenção dos dados do setor de transportes, muitos dados são produzidos pelas entidades vinculadas, e não fazem parte do escopo desse PDA. Para divulgar os dados do setor transportes o MInfra utiliza seus ativos de informação, no site oficial, mas a disponibilização dos dados, no formato aberto, é de responsabilidade de cada entidade vinculada ao Ministério, em seus próprios Planos de Dados Abertos.

O processo para elaboração do PDA foi formalmente instituído, ficando a coordenação dos trabalhos a cargo da Coordenação-Geral de Gestão da Informação, do Departamento de Política e Planejamento Integrado da Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias (CGINF/DPI/SFPP), com o monitoramento e apoio da Assessoria Especial do Controle Interno (AECI/GM), contando, também, com a colaboração da Ouvidoria (OUV/SE), na condição de responsável pelo atendimento aos Pedidos de Informação dos cidadãos e da Coordenação-Geral de Inovação e Transformação de Serviços da Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação (CGIT/SGETI/SE).

Cada Secretaria do MInfra indicou um titular e um suplente para coordenar os trabalhos em sua respectiva área.

O Organograma do MInfra está representado na Figura 2.

Visando sensibilizar a importância do Plano de Dados Abertos e realizar o alinhamento sobre as etapas da elaboração do Plano, foi ministrada uma palestra por servidor da Controladoria Geral da União – CGU sobre o tema, que explanou sobre o embasamento legal e a necessidade de elaborar um Plano de Dados Abertos do MInfra, a ser disponibilizado para a sociedade.

A primeira etapa para a elaboração do Plano consistiu em um levantamento, por cada área de negócio do Ministério, dos conjuntos de dados produzidos pela área.

As atividades preparatórias para esta etapa incluíram a elaboração de uma planilha (Figura 3) para preenchimento pelas áreas de negócio e várias rodadas de reuniões para apresentação da planilha a ser preenchida, monitoramento do preenchimento e esclarecimentos necessários para um consistente levantamento de dados.

Para conseguir a abrangência necessária nessa fase, não foram excluídos dados considerados sigilosos, ou que não tivessem maturidade para a disponibilização no formato aberto.

Figura 3

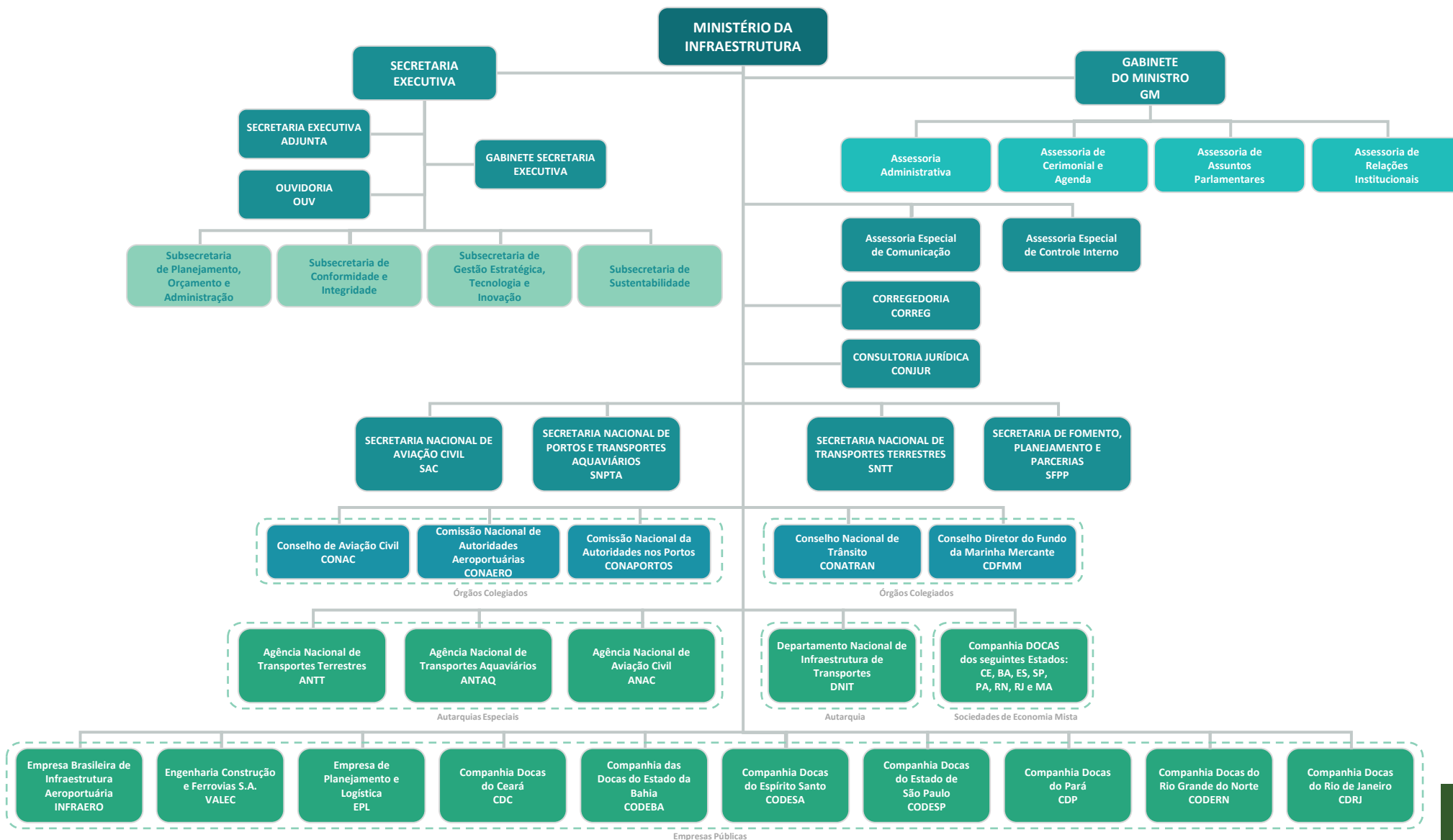
Inventário de dados										
Secretaria	Nome da Base de Dados (TI)	Conjunto de Dados	Descrição do conjunto de dados	Unidade Responsável Informação	Unidade Responsável Publicação	Periodicidade de Atualização	Sigiloso (Sim/Não)	Base já Divulgada (Sim/Não)	Formato (Banco de dados, Excel)	É relevante para sociedade?

O levantamento evidenciou 107 conjuntos de dados, que foram divididos em oito áreas temáticas, descritas abaixo:

- Administrativo e orçamentário (14 conjuntos de dados);
- Incentivos ao investimento (08 conjuntos de dados);
- Planejamento estratégico (03 conjuntos de dados);
- Setor aéreo (02 conjuntos de dados);
- Setor aquaviário (46 conjuntos de dados);
- Tecnologia da informação (19 conjuntos de dados) e;
- Trânsito (15 conjuntos de dados).

O inventário de conjuntos de dados consolidado segue anexo a este documento (Anexo 1).

Figura 2  
Organograma - Ministério da Infraestrutura



## 6.2 Priorização dos conjuntos de dados

Para realizar a priorização dos dados a serem abertos, foram considerados os seguintes critérios, alinhados com a Resolução CGINDA nº 3, de 13 de outubro de 2017, do Ministério do Planejamento, e outros critérios definidos legalmente:

- I. O grau de relevância para o cidadão – consulta pública (Resolução nº 3 CGINDA, Art. 1º, I, 1º);
- II. O volume de solicitação em transparência passiva desde a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI) – (Resolução nº 03 CGINDA, Art.1º, VIII);
- III. A relevância da informação solicitada em transparência passiva desde a Lei nº 12.527/2011 (LAI);
- IV. A aderência a projetos estratégicos do governo/alinhamento com o planejamento estratégico (Resolução nº 03 CGINDA, Art. 1, IV);
- V. A possibilidade de utilização do dado como fomento a novos negócios na sociedade (Resolução nº 03 CGINDA, Art. 1º, VII);
- VI. O estímulo ao controle social (Resolução nº 3 CGINDA, Art. 1º, II);
- VII. A capacidade de fomento ao desenvolvimento sustentável (Resolução nº 03 CGINDA, Art. 1º, VI);
- VIII. A referência do dado a um sistema estruturante e/ou utilizado por vários órgãos (Decreto nº 10.046/2019);
- IX. O nível de maturidade da organização para disponibilizar o conjunto de dados em formato aberto (esforço operacional técnico e de infraestrutura do Ministério na geração e administração do dado em formato aberto/impacto orçamentário e ou financeiro para abertura do dado).

Definidos os critérios, foi elaborada uma matriz para a priorização dos conjuntos de dados, sendo que, para cada um dos critérios listados acima, foi atribuído um peso (de 3 a 5), pela equipe que coordenou a elaboração do PDA.

Quanto maior o peso, maior a relevância do critério na abertura dos conjuntos de dados (Figura 4).

Figura 4

Peso	Nota	Avaliador
<p><b>Valor atribuído a cada critério</b>, em função da <b>relevância</b> do critério na <b>abertura dos conjuntos de dados</b>. Os pesos foram definidos pela equipe que coordenou a elaboração do PDA.</p> <p><b>Escala de 3 a 5</b>, sendo que <b>5 equivale ao maior peso</b>. Ao critério de <b>TI foi atribuído peso negativo</b>.</p>	<p>Cada conjunto de dados foi avaliado segundo o critério e recebeu uma nota, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>0 - não se aplica</li> <li>1 - baixa relevância</li> <li>2 - média relevância</li> <li>3 - alta relevância</li> </ul>	<p>Responsável pela atribuição das notas, de acordo com cada critério, para cada conjunto de dados.</p>

Ressalta-se que o critério referente ao nível de maturidade da organização para disponibilizar o conjunto de dados em formato aberto teve peso negativo, pois em relação a este critério está sendo avaliado o esforço operacional técnico e de infraestrutura do Ministério na geração e administração do dado em formato aberto e o impacto orçamentário e/ou financeiro para abertura do conjunto de dados; então quanto maior o esforço e o impacto, menor pontuação.

Figura 5

Priorização das bases de Dados do MInfra										
Conjuntos de dados	Critérios								Total	Prioridade
	Grau de relevância para o cidadão (consulta pública) (Res. nº 3 CGINDA, Art. 1º, I, 1º)	Mais solicitados em transparência passiva desde a LAI - Volume de solicitações (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1º, VIII)	Solicitados em transparência passiva desde a LAI - Relevância	Referem-se a projetos estratégicos do governo/alinhamento com o planejamento estratégico (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1, IV)	Possibilidade de fomento a novos negócios na sociedade (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1º, VII)	Estímulo ao controle social (Res. nº 3 CGINDA, Art. 1º, II)	Capacidade de fomento ao desenvolvimento sustentável (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1º, VI)	Refere-se a um sistema estruturante e/ou utilizado por vários órgãos (Decreto 10046)		
Peso	5	4	4	3	4	3	3	-5		
Avaliador	Consulta pública	Ouvidoria	Ouvidoria	SGEI	SGEI	Áreas de Negócio	Áreas de Negócio	Áreas de Negócio	TI (valores negativos)	
Conjunto de dados	Campos para atribuição das notas								72	1º

Com a intenção de obter maior aderência na avaliação de cada conjunto de dados, a avaliação foi delegada para áreas afins, de acordo com a Tabela 1:

Tabela 1

Critério	Avaliador
O grau de relevância para o cidadão – consulta pública (Res. nº 3 CGINDA, Art. 1º, I, 1º)	Resultado da consulta pública*
O volume de solicitação em transparência passiva desde a Lei nº 12.527/2011 (LAI) (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1º, VIII)	Ouvidoria MInfra
A relevância da informação solicitada em transparência passiva desde a Lei nº 12.527/2011 (LAI)	Ouvidoria MInfra
A aderência a projetos estratégicos do governo/alinhamento com o planejamento estratégico (Res. nº 03 CGINDA, Art.1, IV)	SGEI/SE**
A possibilidade de utilização do dado como fomento a novos negócios na sociedade (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1º, VII)	SGEI/SE**
O estímulo ao controle social (Res. nº 3 CGINDA, Art. 1º, II)	Área de negócio responsável
A capacidade de fomento ao desenvolvimento sustentável (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1º, VI)	Área de negócio responsável
A referência do dado a um sistema estruturante e/ou utilizado por vários órgãos (Decreto nº 10.046, de 9/10/2019)	Área de negócio responsável
O nível de maturidade da organização para disponibilizar o conjunto de dados em formato aberto (esforço operacional técnico e de infraestrutura do Ministério na geração e administração do dado em formato aberto/impacto orçamentário e ou financeiro para abertura do dado)	Área de negócio responsável pelo dado, com apoio da CGIT/SGE/SE

A pontuação final de um conjunto de dados é o somatório das notas atribuídas em função de cada critério, multiplicadas pelos respectivos pesos dos critérios.

Após a aplicação da fórmula, todas as pontuações de cada conjunto de dados foram somadas, e o resultado foi utilizado para o ranking geral (Anexo 2).

Com a finalidade de facilitar a decisão sobre quais conjuntos de dados abrir, foi criado um ranking por área temática (Anexo 3). Dentro das áreas temáticas, sempre que necessário, houve separação dos conjuntos de dados por coordenação, para elaboração do cronograma de abertura dos dados.

### 6.2.1 Consulta pública

Para promover a participação social no processo de priorização dos dados, e em atendimento ao estabelecido no normativo, o MInfra submeteu seus conjuntos de dados à consulta pública no período de 31 de outubro a 17 de novembro de 2019, no site do MInfra.

A consulta foi amplamente divulgada, e ficou disponível à participação aberta para toda a sociedade, sendo seu resultado um dos critérios de avaliação para a priorização para a abertura dos dados.

Após fazer um cadastro, o participante da consulta pública pôde escolher até dez (10) itens, dentre os 107 disponibilizados, manifestando seu interesse em conhecer determinados conjuntos de dados.

Apesar do número restrito de contribuições, a representatividade foi significativa, com a participação de vários setores da sociedade, evidenciada pelo gráfico dos perfis dos participantes (Gráfico 1).

Foram contabilizadas 33 contribuições, mas 1 contribuição assinalou todos os 107 conjuntos de dados e, portanto, foi desconsiderada para fins de avaliação; 5 contribuições ficaram restritas ao cadastro do usuário, não gerando manifestação de interesse por nenhum conjunto de dado. Dessa maneira, foram contabilizadas 27 contribuições válidas.

\* Ver metodologia no item Consulta Pública

\*\* Validado pela área de negócio responsável pelo dado após a avaliação pela SGEI

Gráfico 1



Dos 107 conjuntos de dados disponibilizados, 81 tiveram alguma manifestação de interesse. As 27 contribuições resultaram em 247 manifestações de interesse na abertura de conjuntos de dados (Gráfico 2).

Gráfico 2



Visando utilizar o resultado da consulta pública para atribuir nota ao critério “Grau de relevância para o cidadão”, foi utilizada a escala representada na Tabela 2:

Tabela 2

Nº de manifestações de interesse	Nota atribuída
0	0
1 a 4	1
5 a 8	2
9 ou mais	3

O resultado da consulta pública, com a distribuição das manifestações de interesse por conjuntos de dados compõe o Anexo 4.

Além dos conjuntos de dados já identificados no inventário e disponibilizados na consulta, ficou a critério do participante acrescentar até 2 conjuntos de dados de interesse.

A Tabela 3 apresenta as 12 sugestões de novos conjuntos de dados recebidas, e as ações quanto à inserção das sugestões ao inventário de dados do Ministério.

Tabela 3

Sugestões de novos conjuntos de dados	Ação
Execução financeira de fundos vinculados ao Ministério	Contemplado no PDA MInfra 2020-2021
Relação de servidores públicos que receberam recursos do governo para desenvolver projetos, agrupando por tema e identificando quais trouxeram resultados ao governo ou ao cidadão ligados ao Ministério.	Em análise sobre a disponibilidade do dado
Acidentes de trânsito	Conjuntos de dados não gerados pelo MInfra
Acidentes ocorridos nos quatro modais (Rodoviário, Aquaviário, Ferroviário e Aéreo)	
Arquivos XML das CTe emitidas	
Arquivos XML das NFe emitidas	
Custos da infraestrutura para atendimento às vítimas e ações corretivas (se aplicável)	
Registros de fluxos de praças de pedágio, categorizados	
Registros de SATs, incluindo (i) volume classificado e (ii) velocidade	
Relação de uso de internet e telefonia móvel	
Segurança pública	
Setor elétrico	

Aos participantes da consulta pública foi enviado e-mail de agradecimento de participação e, posteriormente, também por e-mail, foi enviado o Plano de Ação contendo o cronograma de abertura dos dados e a justificativa para a não abertura dos dados que não serão disponibilizados na vigência deste PDA.

### 6.3 Revisão do PDA 2017-2019

O PDA 2017-2019 foi publicado em janeiro de 2017, apresentando 39 conjuntos de dados do então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Vale ressaltar que, após divulgação do PDA 2017-2019, foi publicada a Resolução nº 3/2017 (CGINDA), que apresentou procedimentos complementares e novas diretrizes para a elaboração e publicação de Plano de Dados Abertos.

Nesse sentido, visando aprimorar o processo e atender a citada Resolução, o PDA foi revisado, com a manutenção de alguns dados e descontinuidade de outros.

Dos 39 conjuntos de dados previstos para abertura no PDA 2017-2019, 18 terão sua publicação mantida no PDA 2020-2021. Para melhor orientação dos usuários, o Anexo 5 traz as alterações na nomenclatura dos conjuntos de dados que será adotada neste PDA.

21 conjuntos de dados terão sua publicação descontinuada, pois referem-se a conjuntos de dados das entidades vinculadas ao Ministério (17), dados gerados pelo Tesouro Nacional (1) e relatórios de estudos que foram contratados pelo Ministério, que não são passíveis de ser disponibilizados em formato aberto (3).

A justificativa para a descontinuidade na publicação desses conjuntos de dados compõe o Anexo 6 deste documento.

### 6.4 Dados selecionados para abertura

Além do resultado da priorização, foram considerados outros aspectos para decisão de quais conjuntos de dados abrir na vigência do PDA 2020-2021:

- Conjuntos de dados já contemplados no PDA 2017-2019 – a diretriz foi dar prioridade aos dados que já estão sendo divulgados no Portal de Dados Abertos;
- Manifestação da área de negócio, considerando a maturidade dos dados e a possibilidade de abertura até dezembro de 2021.

Para essa etapa, e considerando os critérios citados acima, cada área de negócio propôs um cronograma de abertura dos seus dados no período de set/2020 a dez/2021.

O cronograma de abertura de dados compõem o Plano de Ação que complementa esse documento (Anexo 7).

Dos 107 conjuntos de dados apresentados no inventário, 61 serão abertos na vigência desse PDA, sendo que, dos 46 dados que não serão abertos, 31 estão hospedados em sistema do SERPRO e irão requerer recursos financeiros pra sua abertura; 6 conjuntos de dados são considerados sigilosos (podem ferir a segurança de informação do órgão ou trata-se de informação pessoal); 2 conjuntos de dados já estão publicados em outros sítios eletrônicos; 3 conjuntos têm como fonte entidade vinculada ao MInfra; 3 conjuntos de dados estão em processo de formatação para atendimento à definição de dados abertos e 1 conjunto de dados entendeu-se ser redundante com outro conjunto.

A planilha com a justificativa para a não abertura dos dados segue anexa a este documento (Anexo 8).

O Plano de Ação prevê um período de janeiro a agosto de 2020 para que as ações preparatórias para a catalogação dos dados e capacitação dos responsáveis pela publicação dos dados no Portal de Dados Abertos sejam implementadas (Matriz de ações – Anexo 9).

## 7. Catalogação no Portal Brasileiro de Dados Abertos

O processo de catalogação dos dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos (<https://dados.gov.br/>) será feito diretamente por cada uma das áreas de negócios, mediante inserção dos dados na plataforma de dados abertos do MInfra, que se integra com a base do Governo Federal. Essa ação contará com o suporte da Coordenação-Geral de Inovação e Transformação de Serviços (CGIT/SGETI/SE).

Para isso, cada área de negócio indicou um representante responsável para catalogar e disponibilizar os dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos, em conjunto com as unidades organizacionais responsáveis pelos conjuntos de dados.

Os responsáveis pela disponibilização dos dados participarão de capacitações e utilizarão o tutorial de catalogação para realizar o cadastro, manutenção e revisão dos conjuntos de dados.

A Coordenação-Geral de Inovação e Transformação de Serviços (CGIT/SGETI/SE) será a responsável pelo cadastro dos mantenedores dos metadados no Portal.

## 8. Governança e sustentação

### 8.1 Governança

A estrutura de governança do PDA está representada na Figura 6:

Figura 6

**Autoridade de monitoramento da LAI** (item IV do § 4º do Art. 5º do Decreto 8.777/2016, combinado com o item IV do Art. 14 da Res.03/2017-CGINDA)  
Assegurar a publicação e a atualização do PDA;  
Monitorar a implementação do PDA; apresentar relatório anual sobre o cumprimento do PDA, com recomendações sobre as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento da Política de Dados Abertos

**Ouvidoria do MInfra**  
Promover e monitorar a participação social em relação aos dados divulgados pelo Ministério e cooperar com a transparência simplificação do acesso às informações

**SFPP/DPI/CGINF**  
Coordenar a elaboração do PDA, suas revisões e atualizações

**SE/SGETI/CGIT**  
Integrar as ações de abertura dos dados às ações de tecnologia da informação, dar suporte técnico e tecnológico para implementação do PDA e realizar capacitação.

Dar subsídios à autoridade da LAI para monitorar a implementação do PDA e para a elaboração dos relatórios de acompanhamento

**Titulares e suplentes**  
Coordenar os processos de abertura dos dados das respectivas unidades (áreas de negócio) de acordo com o Plano de Ação do PDA, primar pela qualidade dos dados informados, atualizar os dados na periodicidade planejada e garantir a manutenção na disponibilização dos dados

## 8.2 Sustentação

Com o objetivo de garantir a disponibilidade dos dados e a melhoria contínua dos dados que foram publicados, a curadoria dos metadados do MInfra catalogados no Portal Brasileiro de Dados Abertos será exercida com a seguinte distribuição de atividades:

**Verificar a qualidade dos dados:** Responsável: **CGIT/SGETI/SE**. **Atividades:** avaliar, para efeitos de publicação, se os dados estão de acordo com os padrões da INDA (metadados atualizados contendo a descrição, contatos dos responsáveis pelas informações de cada conjunto de dados). Elaborar, e manter atualizado, painel de monitoramento da disponibilização dos dados, de modo a permitir o acompanhamento do cumprimento do cronograma de abertura dos dados e sua disponibilização contínua.

**Adotar ação corretiva:** Responsável: **Autoridade de monitoramento da LAI**. **Atividades:** com base no painel de monitoramento, contatar o responsável pelos dados, caso se verifique o não cumprimento do cronograma de abertura dos dados ou que algum dos arquivos catalogados se tornou indisponível.

**Adotar mecanismo de melhoria contínua:** Responsável: **CGINF/DPI/SFPP**. **Atividades:** Por ocasião da elaboração do próximo PDA, identificar e incluir possíveis melhorias de qualidade dos dados disponibilizados e/ou novos conjuntos de dados candidatos a abertura utilizando, prioritariamente, as solicitações recebidas por meio do Portal Fala.BR.

Ressalta-se que os responsáveis pelas informações são as áreas de negócio que devem, inclusive, informar a acurácia e qualidade das informações nos respectivos metadados.

## 9. Monitoramento e controle

O processo de monitoramento consiste em atividades desenvolvidas no sentido de acompanhar, analisar e programar a abertura dos conjuntos de dados; identificar mudanças de cenários ou necessidades de ajustes ou de elaboração de revisão do Plano.

As atividades de monitoramento são executadas ao longo de todo o ciclo do processo, com elaboração anual de relatório contendo relação de conjuntos de dados abertos e previsão da abertura dos próximos dados, alterando o cronograma inicial, caso seja necessário.

Caso seja identificado que a qualidade dos dados já disponibilizados não está atendendo satisfatoriamente os usuários, o relatório trará proposta para melhoria da qualidade dos dados publicados.

O relatório anual será elaborado pela **Autoridade de monitoramento da LAI** (§ 4º do Art. 5º Decreto 8.777/2016 e Art. 40 da Lei 12.527/2011), conforme o disposto na Resolução nº 3/CGINDA, de 13/10/2017. A data prevista para a elaboração do Relatório Anual é de até 60 dias após o final do exercício.

## 10. Comunicação e participação social

Sempre que ocorrer a abertura de novos conjuntos de dados será divulgada por meio de ações específicas de comunicação coordenadas pela Assessoria Especial de Comunicação (AESCOM/GM). Caberá à **Autoridade de monitoramento da LAI** articular com a AESCOM/GM no sentido de garantir a publicização contínua do andamento do PDA.

O principal objetivo do PDA é dar publicidade às ações do Poder Público e estabelecer canais de participação da sociedade.

O cidadão poderá usar os canais de comunicação do MInfra para informar sobre problemas técnicos ou inconsistências encontradas nos dados publicados, o que será encaminhado à área responsável para resposta e solução, se for o caso.

Para a elaboração deste Plano houve participação ativa da sociedade, por meio do mecanismo de consulta pública, quando foi possível receber as contribuições do cidadão, além dos critérios de priorização que levaram em conta a participação recebida em transparência passiva desde a promulgação da Lei de Acesso à Informação (LAI).

Assim como na elaboração, a participação social estará sempre presente por ocasião da elaboração dos relatórios de monitoramento, principalmente balizando oportunidades de melhoria.



## 11. Legislação consultada

**Lei complementar 101/2000** - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, além de determinar ao Poder Público a adoção de instrumentos de transparência na gestão fiscal em meios eletrônicos de acesso público às informações orçamentárias e prestações de contas.

**Decreto nº 6.666, de 27 de novembro de 2008** - Institui a criação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE e determina que o compartilhamento e disseminação dos dados geoespaciais e seus metadados é obrigatório para todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, salvos os protegidos por sigilo.

**Decreto s/nº de 15 de setembro de 2011**, que institui o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto, o qual estabelece o compromisso do Governo de implantar a infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA).

**Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011** - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da constituição federal; altera a lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

**Normativa SLTI nº 4, de 13 de abril de 2012 (INDA)** - Institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA, como política para garantir e facilitar o acesso pelos cidadãos, pela sociedade e, em especial, pelas diversas instâncias do setor público aos dados e informações produzidas ou custodiadas pelo Poder Executivo Federal.

**Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012** - Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.

**Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012** - Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.

**Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015** - Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

**Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016** - Institui a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

**Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016** - Institui a Política Nacional de Dados Abertos do Poder Executivo federal, determinando a publicação de dados contidos em bases de dados de órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, sob a forma de dados abertos

**Norma ABNT NBR ISO/IEC 27.001:2006** Estabelece os elementos de um Sistema de Gestão de Segurança da Informação e Comunicações.

**Resolução nº 3/2017 (CGINDA)** - Aprova as normas sobre elaboração e publicação de Planos de Dados Abertos, conforme disposto no Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016.

**Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019** - Dispõe sobre a governança do Cadastro Nacional de Informações Sociais e institui o programa Observatório de Previdência e Informações, no âmbito do Cadastro Nacional de Informações Sociais.

## 12. Referências

ANAC. “Plano de Dados Abertos 2018-2020”.

Disponível em: <https://www.anac.gov.br/dadosabertos> .

Governo eletrônico. “Kit para dados abertos”.

Disponível em: <https://kit.dados.gov.br/Gloss%C3%A1rio/> .

Governo eletrônico. “Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico - e-MAG”.

Disponível em: <http://emag.governoeletronico.gov.br/> .

Governo eletrônico. “Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico – VCGE”.

Disponível em: <http://vocab.e.gov.br/2011/03/vcge> .

Governo eletrônico. “Vocabulários e Ontologias de Governo Eletrônico - e-vog”.

Disponível em: <http://vocab.e.gov.br> .

INDE. “Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE”.

Disponível em: <http://inde.gov.br/> .

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. “Manual para elaboração de Plano de Dados Abertos – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão”.

Disponível em: [file:///C:/Users/sirlea.moura/Downloads/manual\\_elaboracao\\_plano\\_dados\\_abertos.pdf](file:///C:/Users/sirlea.moura/Downloads/manual_elaboracao_plano_dados_abertos.pdf) .

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA. “Plano de Dados Abertos 2017-2019”.

Disponível em: [https://infraestrutura.gov.br/images/2017/DADOS\\_ABERTOS/PDA\\_MTPA\\_18012017.pdf](https://infraestrutura.gov.br/images/2017/DADOS_ABERTOS/PDA_MTPA_18012017.pdf) .

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. “Plano de Dados Abertos 2017-2018”.

Disponível em: <https://www.justica.gov.br/dados-abertos/plano-de-dados/plano-2.pdf> .

Open Knowledge Brasil. “Guia de Dados Abertos OKFN”.

Disponível em: <http://br.okfn.org/dados-abertos/> .

Tribunal de Contas da União, 2014. “Referencial Básico de Governança”.

Disponível em: <http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A24F0A728E014F0B34D331418D> .

W3 Org. “Extensible Markup Language – Xml, Extensible Stylesheet Language – XSL e XSLT”.

Disponível em: <http://www.w3.org/XML> .

## 13. Glossário

Os temas abaixo se referem às definições apresentadas no Plano de Ação da INDA:

**CKAN** (*Comprehensive Knowledge Archive Network*): é uma plataforma para portal de dados em software livre, que torna os dados acessíveis e utilizáveis, ao prover ferramentas para simplificar a publicação, o compartilhamento, o encontro e a utilização dos dados (incluindo o armazenamento de dados e o provimento de robustas APIs de dados).

**Dado**: sequência de símbolos ou valores, representados em algum meio, produzidos como resultado de um processo natural ou artificial. Entende-se que dados são observações ou o resultado de uma medida (por investigação, cálculo ou pesquisa) de aspectos característicos da natureza, estado ou condição de algo de interesse, que são descritos através de representações formais e, ao serem apresentados de forma direta à consciência, servem de base ou pressuposto no processo cognitivo (HOUAISS, 2001; SETZER, 2001).

**Dado público**: qualquer dado gerado sob a forma ou sob a guarda governamental que não tenha o seu acesso restrito por legislação específica.

**Dados abertos**: dados públicos representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na rede mundial de computadores e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo e cruzamento.

**e-MAG**: o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG) consiste em um conjunto de recomendações a ser considerado para que o processo de acessibilidade dos sítios e portais do governo brasileiro seja conduzido de forma padronizada e de fácil implementação.

**e-PING**: a arquitetura e-PING – Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – define um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) no governo federal, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral.

**e-PMG**: o objetivo do Padrão de Metadados do Governo Eletrônico - e-PMG é assegurar às pessoas, que pesquisam as informações do governo brasileiro na

Web, o acesso rápido e eficiente a descrições dos recursos. Os elementos e-PMG têm o propósito de facilitar a localização dos recursos que as pessoas necessitam, mesmo que elas não possuam conhecimento detalhado da localização ou da entidade responsável pela informação.

**e-PWG**: os Padrões Web em Governo Eletrônico (ePWG) são recomendações de boas práticas agrupadas em formato de cartilhas com o objetivo de aprimorar a comunicação e o fornecimento de informações e serviços prestados por meios eletrônicos pelos órgãos do Governo Federal.

**e-SIC**: o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) é o Serviço de Informações ao Cidadão do poder executivo federal prestado na web. Ele permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Executivo Federal. O cidadão ainda pode entrar com recursos e apresentar reclamações sem burocracia.

**e-VoG**: Vocabulários e Ontologias do Governo Eletrônico é um conjunto de padrões, ferramentas e metodologias para possibilitar: o intercâmbio de informações com acordo semântico, de forma a viabilizar o pronto cruzamento de dados de diversas fontes; o uso de metodologias de modelagem conceitual como forma de elicitación do conhecimento tácito das áreas de negócio de governo; o uso de ontologias como ferramenta para explicitar conhecimentos de maneira formal e coerente; o alinhamento conceitual das diversas áreas do conhecimento do governo. Um dos produtos do e-VoG é o Repositório de Vocabulários e Ontologias de Governo Eletrônico (<http://vocab.e.gov.br>), local para acesso a todas as referências ontológicas do Governo Federal Eletrônico.

**Formato aberto**: formato de arquivo não proprietário, cuja especificação esteja documentada publicamente e seja de livre conhecimento e implementação, livre de patentes ou qualquer outra restrição legal quanto a à sua utilização.

**Metadado**: informação que descreve características de determinado dado, explicando-o em certo contexto de uso.

## 14. Anexos

### Anexo 1 – Inventário de dados (1 de 7)

Inventário de Dados – Consolidado			
Secretaria	Nome da Base de Dados (TI)	Conjuntos de Dados	Descrição
<b>ADMINISTRATIVO E ORÇAMENTÁRIO</b>			
SE/SPOA/CGAA	SIOP	Avaliação do PPA (Plano Plurianual) 2016-2019	Dados sobre o andamento dos atributos que compõem o PPA 2016-2019, que estão informadas no Relatório de Avaliação entregue ao Congresso Nacional anualmente, conforme definido na Lei 13.249 de 13/01/2016.
SE/SPOA/PASSE LIVRE	SPL (Sistema Passe Livre)	Benefícios concedidos (Sistema Passe Livre)	Passes Livres concedidos a pessoas com deficiência, comprovadamente carentes, no transporte coletivo interestadual de passageiros, nos modais rodoviário, ferroviário e aquaviário.
SE/SPOA/CGRL	SEI	Cronologia de pagamentos - MInfra	Cronologia dos pagamentos de despesas.
SE/SPOA/CGFC	TESOURO GERENCIAL	Dados da execução orçamentária e financeira – Mensal	Acompanhamento e controle orçamentário e financeiro da execução das ações do MInfra (Mensal).
SE/SPOA/CGRL	SPIUnet	Dados de bens patrimoniais imóveis sob a administração do MInfra	Cadastro dos imóveis e seus respectivos usuários, UG ou locatários e arrendatários. Dados de arrecadação de receitas patrimoniais devidas de aluguel e arrendamento.
SE/SPOA/CGORC	Tesouro Gerencial	Demonstrativo orçamentário – Tesouro Gerencial	Execução orçamentária e financeira do MInfra - despesas discricionárias.
SE/SPOA/CGRL	SCDP	Diárias e Passagens – MInfra	Relatório de acompanhamento das despesas com diárias e passagens do MInfra (Administração direta)
SE/SPOA/CGRL	SIAFI	Execução Orçamentária e Financeira do MInfra	Acompanhamento quinzenal da execução orçamentária e financeira das despesas da UG 390004 - CGRL
SE/SPOA/CGRL	TÁXIGOV (Sediado no ME)	Informações dos usuários e os dados das corridas realizadas (TáxiGov)	Transporte de servidores, empregados e colaboradores a serviço dos órgãos da Administração Pública Federal direta, no âmbito do Distrito Federal e entorno (Origem/destino, horário início/fim Km percorrido, dados do veículo/motorista).
SE/SPOA/CGAA	SIAFI	Investimentos e Inversões Financeiras	Valores liquidados, referentes aos investimentos e inversões financeiras, por modo de transporte, desde 1995.
SE/SPOA/CGAA	SIAFI	PAC - Série Histórica	Valores liquidados, referentes ao PAC, por modo de transporte, desde o ano de 2007.
SE/SPOA/PASSE LIVRE	SPL (Sistema Passe Livre)	Pedidos de benefícios analisados (Sistema Passe Livre)	Processos analisados com pedido de Passe Livre para pessoas com deficiência, no transporte coletivo interestadual de passageiros, nos modais rodoviário, ferroviário e aquaviário.
SE/SPOA/CGAA	SIOP	Programação Qualitativa PPA 2016-2019	Conjunto dos atributos que compõem o PPA 2016-2019.
SE/SPOA/CGAA	SIOP	Programação Qualitativa PPA 2020-2023	Conjunto dos atributos que compõem o PPA 2020-2023.

## Anexo 1 – Inventário de dados (2 de 7)

Inventário de Dados – Consolidado			
Secretaria	Nome da Base de Dados (TI)	Conjuntos de Dados	Descrição
<b>INCENTIVOS AO INVESTIMENTO</b>			
SFPP/DEFOM/CGPFI	Sistema Mercante	Arrecadação do AFRMM (Adicional do Frete para Renovação da Marinha Mercante)	Valores arrecadados do AFRMM, divididos por bandeira da empresa pagadora, setor comercial do frete (óleo e gás, agronegócio, etc), tipo de navegação (cabotagem, longo curso ou interior).
SFPP/DEFOM/CGPFI	Cont	Contratos de financiamento com recursos do FMM (Fundo da Marinha Mercante)	Contratos de financiamento com recursos do FMM (data da assinatura do contrato, dados do projeto financiado, valor contratado, juros cobrados, carência, prazo de amortização, agente financeiro).
SFPP/DEFOM/CGIF	Planilha	Debêntures Incentivadas	Quantidade de projetos aprovados, de projetos que emitiram debêntures incentivadas e valor das emissões.
SFPP/DEFOM/CGPFI	Planilhão	Liberação de recursos do FMM por empresa	Valor anual de financiamento liberado pelo FMM para cada empresa beneficiária.
SFPP/DEFOM/CGPFI	Desembolsos	Liberações do FMM	Controle das liberações financeiras de cada contrato por mês/ano.
SFPP/DEFOM/CGPFI	Planilhão	Projetos financiados com recursos do FMM	Registro de diversos dados sobre as prioridades concedidas pelo CDFMM (Conselho Diretor do FMM) e os projetos financiados com recursos do FMM. Fornece informações sobre os tipos de embarcações e os estaleiros financiados, datas de início e conclusão dos projetos, valor dos projetos, valor dos contratos de financiamento, valor dos repasses de recursos efetuados pelo FMM, empresas beneficiárias dos financiamentos, fluxo anual dos desembolsos do FMM.
SFPP/DEFOM/CGPFI	Planilhão	Quantidade de projetos concluídos e valores liberados pelo FMM	Quantidade de projetos concluídos e valor injetado na indústria naval pelo FMM, dividido por ano e modalidade do projeto (cabotagem, apoio offshore, apoio portuário, pesca, passageiros e estaleiros).
SFPP/DEFOM/CGIF	Planilha	REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	Quantidade de projetos aprovados ; quantidade de projetos habilitados e estimativa de investimento/desoneração.
<b>PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO</b>			
SE/SGETI	Planilha	Indicadores Estratégicos	Indicadores Estratégicos criados e acompanhados pelo MInfra com foco em trânsito e transporte.
SE/SGETI	Planilha	Objetivos Estratégicos	Apresentação dos indicadores de qualidade e programas que estão de acordo com Mapa Estratégico.
SE/SGETI	Channel	Programas e Projetos	Programas e Projetos Estratégicos acompanhados e elaborados pelo MInfra, de acordo com o Mapa Estratégico.
<b>SETOR AÉREO</b>			
SAC/DEOUP	Outorgas aeroportuárias	Outorgas aeroportuárias	Catálogo de outorgas de aeródromos, contendo informações sobre entes delegantes, delegatários, operadores e instrumentos de delegação.
SAC/DPG	Pesq. de satisfação pax em aerop.	Pesquisa de satisfação do passageiro em aeroportos	Dados de pesquisa permanente, trimestral, que mede a satisfação dos passageiros em 38 itens de infraestrutura, atendimento, serviços e itens de gestão dos 20 principais aeroportos do Brasil.

## Anexo 1 – Inventário de dados (3 de 7)

Inventário de Dados – Consolidado			
Secretaria	Nome da Base de Dados (TI)	Conjuntos de Dados	Descrição
<b>SETOR AQUAVIÁRIO</b>			
SNPTA	Cadastro Nacional Portuário/PSP	Acessos aos portos (CNP/PSP)	Relação de acessos aos portos (incluídos no cadastro do porto).
SNPTA	Porto Sem Papel - PSP	Agência de navegação - DUV (PSP)	Dados da agência de navegação copiados do Módulo Cadastro no momento da criação de um DUV (Documento Único Virtual do Sistema Concentrador de Dados Portuários).
SNPTA	Cadastro Nacional Portuário/PSP	Agências de navegação (CNP/PSP)	Relação de agências de navegação.
SNPTA	Porto Sem Papel - PSP	Armador da embarcação (PSP)	Dados do armador copiados do cadastro de embarcação na criação do DUV.
SFPP/DPI/ CGPLAN	WebPortos	Arrendamento (WebPortos)	Dados sobre as áreas arrendadas dos portos do Brasil.
SNPTA	Cadastro Nacional Portuário/PSP	Berços (CNP/PSP)	Cadastro de berços dos portos.
SNPTA	Cadastro Nacional Portuário/PSP	Boias de amarração (CNP/PSP)	Cadastro de boias de amarração que estão vinculadas aos portos.
SNPTA	Cadastro Nacional Portuário/PSP	Cabeços (CNP/PSP)	Informações de cabeços (incluídas no cadastro de berço).
SNPTA	Cadastro Nacional Portuário/PSP	Cadastro de armadores (CNP/PSP)	Cadastro de armadores (armador afretador e armador-proprietário são informados no cadastro da embarcação, e persistidos nesta tabela).
SNPTA	Cadastro Nacional Portuário/PSP	Cadastro de embarcações (CNP/PSP)	Cadastro de embarcações.
SNPTA	Portolog	Confirmação de sequenciamento – Portolog	Histórico de eventos por DL-e, como acesso ao terminal portuário, acesso aos portos, confirmação do sequenciamento, pedido de sequenciamento, solicitação de acesso e previsão de acesso.
SNPTA	Planilha	Contratos de arrendamentos portuários - Alterações contratuais	Dados relativos às alterações contratuais (arrendatário, porto, nº de contrato, perfil/tipo de carga, data de assinatura da alteração, capacidade associada, investimento associado, data de vigência atualizada) oficializadas mediante termos aditivos / apostilamentos que objetivando a aprovação de novos investimentos (em área arrendada; em infraestrutura comum do porto; urgentes); alteração do tipo de carga movimentada; expansão ou redução de área arrendada; substituição de área arrendada; unificação de contratos; revisão do cronograma de investimentos; prorrogação do prazo de vigência; recomposição do equilíbrio em decorrência de eventos pretéritos; alteração de nome empresarial; transformação; transferência de titularidade; transferência de controle societário.
SNPTA	Planilha	Convênios portuários – Delegação e descentralização	Dados dos convênios de delegação e descentralização assinados nos últimos anos.
SNPTA	Portolog	Documento Logístico Eletrônico - DL-e	Dados referentes à origem e destino da carga, tipo da carga, placa do veículo (caminhão) e data de chegada ao porto.
SNPTA	Porto Sem Papel – PSP	Documento Único Virtual – DUV	Dados principais do DUV (Documento Único Virtual do Sistema Concentrador de Dados Portuários).
SNPTA	Porto Sem Papel - PSP	Embarcações que estiveram em área afetada (PSP)	Dados sobre embarcações que estiveram em área afetada identificada pela OMS (Organização Mundial da Saúde); identificação dos portos em questão e se o número total de doentes durante a viagem foi maior que o esperado. Esses dados compõem a Declaração Marítima de Saúde, quando esta for emitida no DUV (possui constraint para a tabela declaracoes_maritimas_saude).
SNPTA	Porto Sem Papel - PSP	Escala da embarcação (PSP)	Dados em ordem cronológica decrescente dos últimos 30 dias, exceto os últimos 10 portos de escala.

## Anexo 1 – Inventário de dados (4 de 7)

Inventário de Dados – Consolidado			
Secretaria	Nome da Base de Dados (TI)	Conjuntos de Dados	Descrição
<b>SETOR AQUAVIÁRIO</b>			
SNPTA	Cadastro Nacional Portuário/PSP	Especialidades da carga do berço (CNP/PSP)	Informações da especialidade da carga do berço (incluídas no cadastro de berço).
SNPTA	Porto Sem Papel - PSP	Estadia - características (PSP)	Dados informados na seção Estadia de cada DUV, como por exemplo motivo de atracação, tipo de viagem chegada, tipo de viagem saída. É o primeiro porto de escala no Brasil. Informações gerais sobre operações de cargas, informações para despacho da autoridade marítima.
SNPTA	Porto Sem Papel - PSP	Estadia - eventos (PSP)	Registro da evolução dos dados de atracações/desatracações/reatracações.
SNPTA	Porto Sem Papel – PSP	Estadia das embarcações no PSP	Dados de estadia como, por exemplo: Nº DUV, porto, navio, data chegada, data saída, motivo da atracação, quantidade de tripulantes, quantidade de passageiros.
SNPTA	Porto Sem Papel - PSP	Etapas ocorridas por um Documento Único Virtual – DUV	Etapas que ocorram em um DUV.
SNPTA	Cadastro Nacional Portuário/PSP	Fundeadouros (CNP/PSP)	Cadastro de fundeadouros, incluindo dados de coordenadas geográficas do vértice formador da área do fundeadouro e portos associados ao fundeadouro.
SNPTA	Porto Sem Papel - PSP	Histórico do VTMS	Dados de posição da embarcação provenientes de Sistema VTMS (Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações) (Porto de Vitória).
SFPP/DPI/CGPLAN	WebPortos	Informações dos portos (WebPortos)	Dados gerais: estrutura dos portos; terminais; localização e contatos; cargas movimentadas; Capacidade x Demanda. Documentos: Plano Mestre, PDZ (Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário) e tarifas.
SNPTA	Planilha	Instalações portuárias privadas	Autorizações concedidas a instalações portuárias privadas e suas respectivas atualizações.
SNPTA	Porto Sem Papel - PSP	Lista dos últimos portos visitados por embarcação PSP	Lista de últimos portos de escala do DUV.
SNPTA	Porto Sem Papel - PSP	Locais de atracação (PSP)	Dados dos locais de atracação das embarcações em cada estadia (local previsto, área do porto/fundeadouro, berço/boia de amarração).
SNPTA	Porto Sem Papel - PSP	Local da estadia - porto (PSP)	Locais do porto onde uma embarcação atracará/retracará.
SFPP/DPI/CGPLAN	WebPortos	Movimentação portuária (WebPortos)	Série histórica com dados mensais à partir de 2010: movimentação nacional; Portos Organizados; Companhias Docas; Portos Delegados; Terminais de Uso Privado (TUPs) e ranking de movimentação.
SNPTA	Porto Sem Papel - PSP	Ocorrência Ambiental VTMS	Ocorrências incluídas pelo Sistema VTMS (operando no Porto de Vitória).
SNPTA	Porto Sem Papel - PSP	Países visitados pelos tripulantes (PSP)	Países visitados por um tripulante informado no DUV.
SNPTA	Porto Sem Papel - PSP	Países visitados por passageiros (PSP)	Países visitados por um passageiro informado no DUV.
SNPTA	Porto Sem Papel - PSP	Paradas de navios de cruzeiro (PSP)	Identificação das paradas (portos e datas) de embarcações de cruzeiro.
SFPP/DPI/CGPLAN	WebPortos	Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP)	Dados de capacidade e demanda por instalação portuária, investimentos e ações para aumento de capacidade portuária, indicadores técnicos de capacidade, gestão e economia, logística, meio ambiente e operações.
SNPTA	Planilha	Poligonais dos portos públicos	Coordenadas de latitude e longitude, contendo os vértices dos polígonos, que formam a área do porto organizado.
SNPTA	Cadastro Nacional Portuário/PSP	Porto emissor de CSB da Anvisa (CNP/PSP)	Relação de portos emissores de Certificado Sanitário de Bordo (CSB) da Anvisa.

## Anexo 1 – Inventário de dados (5 de 7)

Inventário de Dados – Consolidado			
Secretaria	Nome da Base de Dados (TI)	Conjuntos de Dados	Descrição
<b>SETOR AQUAVIÁRIO</b>			
SNPTA	Cadastro Nacional Portuário/PSP	Portos (CNP/PSP)	Informações dos portos, incluindo dados de área dos portos.
SNPTA	Porto Sem Papel - PSP	Portos estrangeiros (PSP)	Cadastro de portos mundiais.
SNPTA	Porto Sem Papel - PSP	Próximos portos de escala da embarcação (PSP)	Próximos portos de escala de uma embarcação, informados em um DUV.
SNPTA	Portolog	Rastreamento do transporte de carga – Portolog	Registro de passagem do transporte de carga (caminhão) nos pontos de controle cadastrados.
SNPTA	Porto Sem Papel - PSP	Resumo de viajantes e tripulantes (PSP)	Dados do resumo de passageiros e tripulantes.
SFPP/DPI/CGPLAN	WebPortos	Segurança do aplicativo WebPortos	Dados de controle de acesso do sistema WebPortos.
SNPTA	Porto Sem Papel - PSP	Tempo de estadia das embarcações no PSP	Dados referentes aos tempos de estadia das embarcações como, por exemplo, tempo de concessão das anuências, tempo da estadia, tempo para atendimento às exigências etc.
SNPTA	Cadastro Nacional Portuário/PSP	Tripulação de segurança (Cadastro Nacional Portuário/PSP)	Dados da tripulação de segurança, preenchidos no cadastro da embarcação.
SNPTA	Porto Sem Papel - PSP	Troca de agência do DUV	Dados relativos à troca de agência do DUV - utilizado em situações em que uma agência marítima transfere a responsabilidade da operação para outra durante uma mesma estadia em um porto.



## Anexo 1 – Inventário de dados (6 de 7)

Inventário de Dados – Consolidado			
Secretaria	Nome da Base de Dados (TI)	Conjuntos de Dados	Descrição
<b>TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</b>			
SE/SGETI	MTSEI	Andamento de processos (SEI)	Relação de andamentos dos processos - Sistema SEI.
SE/SGETI	MTSEI	Assinaturas (SEI)	Relação de cargo/função usados nas assinaturas de documentos no Sistema SEI.
SE/SGETI	Planilha	Base de usuários (TI)	Relação de usuários do MInfra.
SE/SGETI	Planilha	Bases de configuração (TI)	Relação de bases de configuração.
SE/SGETI	Planilha	Conjuntos de regras de segurança (TI)	Conjunto de regras de segurança de tecnologia da informação .
SE/SGETI	Planilha	Dados de execução dos contratos (TI)	Acompanhamento e controle orçamentário da execução de cada contrato, bem como as Ordens de Serviços (OS) referentes a esses contratos.
SE/SGETI	MTSEI	Documentos (SEI)	Relação de documentos dos processos criados e recebidos pelo MInfra - Sistema SEI.
SE/SGETI	Planilha	Inventário de ativos (TI)	Registro do dimensionamento e diversidade tecnológica.
SE/SGETI	Planilha	Lista de projetos (TI)	Relação de projetos de tecnologia da informação em andamento.
SE/SGETI	MTSEI	Perfis (SEI)	Relação de perfis que os usuários podem assumir no Sistema SEI.
SE/SGETI	Planilha	Portfólio de demandas de soluções (TI)	Principais demandas de soluções de tecnologia da informação levantadas com as áreas internas do MInfra.
SE/SGETI	MTSEI	Processos (SEI)	Relação de processos criados e recebidos pelo MInfra - Sistema SEI.
SE/SGETI	Planilha	Registro de auditoria de sistemas (TI)	Relação das auditorias dos sistemas do MInfra.
SE/SGETI	Planilha	Registro de incidentes (TI)	Relação de incidentes de tecnologia da informação do MInfra.
SE/SGETI	Planilha	Relação de sistemas (TI)	Relação de sistemas desenvolvidos pelo MInfra.
SE/SGETI	MTSEI	Tipos de documentos (SEI)	Relação dos tipos de documentos tratados no MInfra.
SE/SGETI	MTSEI	Tipos de processos (SEI)	Relação dos tipos de processos tratados no MInfra.
SE/SGETI	MTSEI	Unidades (SEI)	Relação de unidades do MInfra que utilizam o Sistema SEI.
SE/SGETI	MTSEI	Usuários (SEI)	Relação de usuários do MInfra que utilizam o Sistema SEI.

## Anexo 1 – Inventário de dados (7 de 7)

Inventário de Dados – Consolidado			
Secretaria	Nome da Base de Dados (TI)	Conjuntos de Dados	Descrição
<b>TRÂNSITO</b>			
SNTT/Denatran	Publicações no D.O.U	Controle de matérias enviadas à Imprensa Nacional - 2019	Controle dos normativos enviados para publicação no Diário Oficial da União.
SNTT/Denatran	Informações orçamentárias	Declarações de disponibilidade orçamentária emitidas em 2019	Controle por ação de disponibilidade orçamentária emitidas no ano de 2019.
SNTT/Denatran	RENACH	Exames Toxicológicos - Estatística	Dados estatísticos de exames toxicológicos realizados.
SNTT/Denatran	RENACH	Exames Toxicológicos - Laboratórios	Dados dos laboratórios credenciados pelo Denatran para realização do exames toxicológicos.
SNTT/Denatran	RENAVAM	Fabricantes de placa veicular	Cadastramento dos fabricantes da nova placa veicular (placa Mercosul)
SNTT/Denatran	RENAVAM/BIN	Frota de veículos automotores	Dados da frota atual de veículos como ano/modelo, ano de fabricação, cor, combustível, tipo, espécie, categoria, eixo, capacidade de tração, capacidade de carga, quantidade de passageiros.
SNTT/Denatran	RENAVAM/SISCAT	Homologação de veículos	Dados de homologação de veículos (empresas fabricantes, montadoras, importadoras, transformadoras e encarroçadoras de veículos, bem como os dados técnicos dos veículos por elas homologados). Veículos de leilão, coleção, veículos artesanais.
SNTT/Denatran	SIAF	Informações financeiras - Arrecadação	Arrecadações do RENAINF Controle Mensal dos recursos que ingressam nas contas do Denatran (CAT, DPVAT, FUNSET, ITL).
SNTT/Denatran	RENAVAM/SISCSV	ITL - Instituições Técnicas Licenciadas	Dados sobre as empresas prestadoras de serviço de inspeção veicular (ITL - Instituições Técnicas Licenciadas).
SNTT/Denatran	Publicações no D.O.U	Normativos de trânsito	Legislação de trânsito (Deliberações, Portarias e Resoluções).
SNTT/Denatran	Informações financeiras	Programação financeira	Controle de solicitações de recursos financeiros para pagamentos das despesas do DENATRAN.
SNTT/Denatran	RENAINF	Quantidade de infrações	Consultas à infrações cadastradas.
SNTT/Denatran	RENAVAM	Recall	Dados sobre modelos e lotes de veículos em recall.
SNTT/Denatran	RENACH	Registro Nacional de Carteira de Habilitação	Dados de condutores habilitados e permissionários.
SNTT/Denatran	RENAVAM	Restrição a veículos	Dados estatísticos de restrição a veículos automotores (alienação fiduciária, arrendamento, baixa alienação por ordem judicial, penhor, reserva de domínio, restrição administrativa, restrição beneficiário tributário, restrição judicial, restrição por roubo e furto).

## Anexo 2 – Resultado da priorização geral (1 de 5)

Priorização das bases de Dados do MInfra											
Conjuntos de dados	Critérios									Total	Prioridade
	Grau de relevância para o cidadão (consulta pública) (Res. nº 3 CGINDA, Art. 1º, I, 1º)	Mais solicitados em transparência passiva desde a LAI - Volume de solicitações (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1º, VIII)	Solicitados em transparência passiva desde a LAI - Relevância	Referre-se a projetos estratégicos do governo/alinhamento com o planejamento estratégico (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1, IV)	Possibilidade de fomento a novos negócios na sociedade (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1º, VII)	Estímulo ao controle social (Res. nº 3 CGINDA, Art. 1º, II)	Capacidade de fomento ao desenvolvimento sustentável (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1º, VI)	Referre-se a um sistema estruturante e/ou utilizado por vários órgãos (Decreto 10046)	Esforço operacional técnico e de infraestrutura do Ministério na geração e administração do dado em formato aberto/impacto orçamentário e ou financeiro para abertura do dado		
Peso	5	4	4	3	4	4	3	3	-5		
Avaliador	Consulta pública	Ouvidoria	Ouvidoria	SGEI	SGEI	Áreas de Negócio	Áreas de Negócio	Áreas de Negócio	TI (valores negativos)		
6 Frota de veículos automotores	10	12	12	6	12	12	9	9	-10	72	1º
14 Registro Nacional de Carteira de Habilitação	5	12	12	6	12	8	0	9	-10	54	2º
2 Pesquisa de satisfação do passageiro em aeroportos	10	4	12	6	4	12	9	0	-5	52	3º
2 Contratos de financiamento com recursos do FMM (Fundo da Marinha Mercante)	10	8	8	6	8	12	0	9	-10	51	4º
25 Informações dos portos (WebPortos)	10	8	12	6	4	12	0	9	-10	51	5º
15 Restrição a veículos (Denatran)	5	12	12	6	12	8	0	6	-10	51	6º
35 Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP)	5	12	12	6	4	12	0	9	-10	50	7º
1 Outorgas aeroportuárias	10	8	12	3	4	8	9	0	-5	49	8º
1 Avaliação do PPA (Plano Plurianual) 2016-2019	10	4	8	9	0	12	6	9	-10	48	9º
14 Programação Qualitativa PPA (Plano Plurianual) 2020-2023	10	4	8	9	0	8	9	9	-10	47	10º
7 Homologação de veículos (Denatran)	0	12	12	3	8	12	6	9	-15	47	11º
12 Quantidade de infrações	5	12	12	3	12	4	0	9	-10	47	12º
3 Exames Toxicológicos - Estatística (Denatran)	5	12	12	3	4	12	0	6	-10	44	13º
13 Programação Qualitativa PPA (Plano Plurianual) 2016-2019	5	4	8	9	0	8		9	-10	42	14º
38 Portos (Cadastro Nacional Portuário/PSP)	5	12	12	3	4	4	3	9	-10	42	15º
1 Indicadores Estratégicos	15	0	8	6	0	8	3	6	-5	41	16º
1 Andamento de processos (SEI)	5	12	12	0	0	8	0	9	-5	41	17º
5 Liberações do FMM (Fundo da Marinha Mercante)	5	12	12	0	0	12	0	9	-10	40	18º
8 REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	10	8	8	6	8	0	6	3	-10	39	19º
5 Arrendamento (WebPortos)	5	4	8	3	8	12	0	9	-10	39	20º
8 Execução Orçamentária e Financeira do MInfra	5	8	12	0	0	8	6	9	-10	38	21º
6 Projetos financiados com recursos do FMM (Fundo da Marinha Mercante)	5	4	8	6	4	12	0	9	-10	38	22º

## Anexo 2 – Resultado da priorização geral (2 de 5)

Priorização das bases de Dados do MInfra															
Conjuntos de dados	Critérios									Total	Prioridade				
	ADMINISTRATIVO E ORÇAMENTÁRIO	INCENTIVOS AO INVESTIMENTO	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	SETOR AÉREO	SETOR AQUAVIÁRIO	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	TRÂNSITO	Grau de relevância para o cidadão (consulta pública) (Res. nº 3 CGINDA, Art. 1º, I, 1º)	Mais solicitados em transparência passiva desde a LAI - Volume de solicitações (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1º, VIII)			Solicitados em transparência passiva desde a LAI - Relevância	Referre-se a projetos estratégicos do governo/alinhamento com o planejamento estratégico (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1, IV)	Possibilidade de fomento a novos negócios na sociedade (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1º, VII)	Estímulo ao controle social (Res. nº 3 CGINDA, Art. 1º, II)
Peso	5	4	4	3	4	4	3	4	3	3	-5				
Avaliador	Consulta pública	Ouvidoria	Ouvidoria	SGEI	SGEI	Áreas de Negócio	Áreas de Negócio	Áreas de Negócio	TI (valores negativos)						
13 Recall (Denatran)	5	4	8	3	8	8	6	6	-10	38	23º				
3 Programas e Projetos	15	0	8	6	0	4	3	6	-5	37	24º				
9 ITL - Instituições Técnicas Licenciadas	0	12	12	3	4	4	6	6	-10	37	25º				
6 Demonstrativo orçamentário - Tesouro Gerencial	10	0	12	0	0	12	3	9	-10	36	26º				
2 Objetivos Estratégicos	10	0	8	6	0	8	3	6	-5	36	27º				
1 Arrecadação do AFRMM (Adicional do Frete para Renovação da Marinha Mercante)	5	12	12	3	4	0	0	9	-10	35	28º				
4 Liberação de recursos do FMM (Fundo da Marinha Mercante) por empresa	5	4	8	6	0	12	0	9	-10	34	29º				
7 Quantidade de projetos concluídos e valores liberados pelo FMM	5	4	8	6	0	12	0	9	-10	34	30º				
21 Estadia das embarcações no PSP (Porto Sem Papel)	0	0	0	6	8	12	9	9	-10	34	31º				
8 Informações financeiras - Arrecadação (Denatran)	5	8	12	3	4	4	0	3	-5	34	32º				
10 Normativos de trânsito	5	12	12	3	8	0	0	9	-15	34	33º				
1 Acessos aos portos (Cadastro Nacional Portuário/PSP)	5	12	12	3	4	4	0	3	-10	33	34º				
4 Dados da execução orçamentaria e financeira -Mensal	10	0	8	3	0	12	0	9	-10	32	35º				
5 Fabricantes de placa veicular (Denatran)	0	12	12	3	4	8	0	3	-10	32	36º				
2 Agência de navegação - DUV (Porto Sem Papel)	5	8	12	3	4	0	0	9	-10	31	37º				
24 Histórico do VTMS (Sistema de Gerenciamento e Inf. do Tráfego de Embarcações)	0	0	0	6	8	12	6	9	-10	31	38º				
4 Exames Toxicológicos - Laboratórios (Denatran)	0	12	12	3	4	4	0	6	-10	31	39º				
7 Diárias e Passagens - MInfra	5	8	12	0	0	8	3	9	-15	30	40º				
3 Debêntures Incentivadas	5	4	8	6	8	0	6	3	-10	30	41º				
2 Benefícios concedidos (Sistema Passe Livre)	5	12	12	3	4	8	0	0	-15	29	42º				
16 Embarcações que estiveram em área afetada (Porto Sem Papel)	5	0	4	3	4	8	6	9	-10	29	43º				
9 Informações dos usuários e os dados da corridas realizadas (TáxiGov)	5	0	8	0	0	8	3	9	-5	28	44º				

## Anexo 2 – Resultado da priorização geral (3 de 5)

Priorização das bases de Dados do MInfra											
Conjuntos de dados	Critérios									Total	Prioridade
	Grau de relevância para o cidadão (consulta pública) (Res. nº 3 CGINDA, Art. 1º, I, 1º)	Mais solicitados em transparência passiva desde a LAI - Volume de solicitações (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1º, VIII)	Solicitados em transparência passiva desde a LAI - Relevância	Refere-se a projetos estratégicos do governo/alinhamento com o planejamento estratégico (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1, IV)	Possibilidade de fomento a novos negócios na sociedade (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1º, VII)	Estímulo ao controle social (Res. nº 3 CGINDA, Art. 1º, II)	Capacidade de fomento ao desenvolvimento sustentável (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1º, VI)	Refere-se a um sistema estruturante e/ou utilizado por vários órgãos (Decreto 10046)	Esforço operacional técnico e de infraestrutura do Ministério na geração e administração do dado em formato aberto/impacto orçamentário e ou financeiro para abertura do dado		
Peso	5	4	4	3	4	4	3	3	-5		
Avaliador	Consulta pública	Ouvidoria	Ouvidoria	SGEI	SGEI	Áreas de Negócio	Áreas de Negócio	Áreas de Negócio	TI (valores negativos)		
44 Tempo de estadia das embarcações no PSP (Porto Sem Papel)	5	0	0	6	4	8	6	9	-10	28	45º
6 Dados de execução dos contratos (Tecnologia da Informação)	5	12	12	0	0	0	0	9	-10	28	46º
4 Armador da embarcação (Porto Sem Papel)	5	8	8	3	4	0	0	9	-10	27	47º
10 Cadastro de embarcações (Cadastro Nacional Portuário/PSP)	5	4	8	3	4	4	0	9	-10	27	48º
26 Instalações portuárias privadas	5	0	4	6	8	0	6	3	-5	27	49º
11 Confirmação de sequenciamento - Portolog	5	0	0	3	8	8	6	6	-10	26	50º
30 Movimentação portuária (WebPortos)	5	0	0	6	4	12	0	9	-10	26	51º
34 Paradas de navios de cruzeiro (Porto Sem Papel)	5	0	0	3	8	8	3	9	-10	26	52º
12 Pedidos de benefícios analisados (Sistema Passe Livre)	5	12	12	3	0	8	0	0	-15	25	53º
3 Cronologia de pagamentos - MInfra	5	8	12	0	0	4	0	9	-15	23	54º
11 PAC - Série Histórica	10	4	4	6	0	8	0	0	-10	22	55º
31 Ocorrência Ambiental VTMI (Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações)	0	0	0	0	4	12	6	9	-10	21	56º
12 Contratos de arrendamentos portuários - Alterações contratuais	5	0	0	9	8	0	0	3	-5	20	57º
17 Escala da embarcação (Porto Sem Papel)	5	0	4	0	4	8	0	9	-10	20	58º
5 Conjuntos de regras de segurança (Tecnologia da Informação)	5	8	8	0	0	0	0	9	-10	20	59º
11 Programação financeira (Denatran)	5	8	12	0	0	0	0	0	-5	20	60º
41 Rastreamento do transporte de carga - Portolog	5	0	0	0	4	8	6	6	-10	19	61º
15 Documento Único Virtual - DUV (Documento Único Virtual do Sistema Concentrador de Dados Portuários)	5	0	0	6	8	0	0	9	-10	18	62º
2 Declarações de disponibilidade orçamentária emitidas em 2019 (Denatran)	0	8	12	0	0	0	0	3	-5	18	63º
13 Convênios portuários - Delegação e descentralização	5	0	8	0	0	0	3	6	-5	17	64º
9 Lista de projetos (tecnologia da informação)	10	0	8	0	0	0	0	9	-10	17	65º
5 Dados de bens patrimoniais imóveis sob a administração do MInfra	10	0	8	0	0	4	0	9	-15	16	66º

## Anexo 2 – Resultado da priorização geral (4 de 5)

Priorização das bases de Dados do MInfra															
Conjuntos de dados	Critérios									Total	Prioridade				
	ADMINISTRATIVO E ORÇAMENTÁRIO	INCENTIVOS AO INVESTIMENTO	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	SETOR AÉREO	SETOR AQUAVIÁRIO	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	TRÂNSITO	Grau de relevância para o cidadão (consulta pública) (Res. nº 3 CGINDA, Art. 1º, I, 1º)	Mais solicitados em transparência passiva desde a LAI - Volume de solicitações (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1º, VIII)			Solicitados em transparência passiva desde a LAI - Relevância	Refere-se a projetos estratégicos do governo/alinhamento com o planejamento estratégico (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1, IV)	Possibilidade de fomento a novos negócios na sociedade (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1º, VII)	Estímulo ao controle social (Res. nº 3 CGINDA, Art. 1º, II)
Peso	5	4	4	3	4	4	3	4	3	3	-5				
Avaliador	Consulta pública	Ouvidoria	Ouvidoria	SGEI	SGEI	Áreas de Negócio	Áreas de Negócio	Áreas de Negócio	TI (valores negativos)						
9	Cadastro de armadores (Cadastro Nacional Portuário/PSP)	5	0	4	3	8	0	0	6	-10	16	67º			
27	Lista dos últimos portos visitados por embarcação (Porto Sem Papel)	5	0	0	0	4	8	0	9	-10	16	68º			
43	Segurança do aplicativo WebPortos	5	0	0	0	0	12	0	9	-10	16	69º			
3	Base de usuários (tecnologia da informação)	5	0	4	0	0	8	0	9	-10	16	70º			
11	Portfólio de demandas de soluções (Tecnologia da Informação)	5	8	8	0	0	0	0	0	-5	16	71º			
42	Resumo de viajantes e tripulantes (Porto Sem Papel)	5	0	0	3	0	4	6	6	-10	14	72º			
10	Investimentos e Inversões Financeiras - Série Histórica	5	0	4	6	0	8	0	0	-10	13	73º			
3	Agências de navegação (Cadastro Nacional Portuário/PSP)	5	4	4	3	4	0	0	3	-10	13	74º			
6	Berços (Cadastro Nacional Portuário/PSP)	5	0	4	3	4	4	0	3	-10	13	75º			
7	Boias de amarração (Cadastro Nacional Portuário/PSP)	5	0	4	3	4	4	0	3	-10	13	76º			
8	Cabeços (Cadastro Nacional Portuário/PSP)	5	0	4	3	4	4	0	3	-10	13	77º			
2	Assinaturas (SEI)	0	4	4	0	0	0	0	9	-5	12	78º			
40	Próximos portos de escala da embarcação (Porto Sem Papel)	0	0	0	0	4	8	0	9	-10	11	79º			
15	Relação de sistemas (Tecnologia da Informação)	5	0	8	3	0	0	0	0	-5	11	80º			
39	Portos estrangeiros (Porto Sem Papel)	0	0	0	3	4	4	0	9	-10	10	81º			
14	Documento Logístico Eletrônico - DL-e	5	0	0	6	8	0	0	0	-10	9	82º			
23	Fundeadouros (Cadastro Nacional Portuário/PSP)	5	0	0	3	4	4	0	3	-10	9	83º			
7	Documentos (SEI)	5	0	0	0	0	0	0	9	-5	9	84º			
33	Países visitados por passageiros (Porto Sem Papel)	5	0	0	0	0	4	0	9	-10	8	85º			
36	Poligonais dos portos públicos	5	0	4	6	8	0	0	0	-15	8	86º			
19	Estadia - características (Porto Sem Papel)	0	0	0	3	4	4	0	6	-10	7	87º			
28	Locais de atracação (Porto Sem Papel)	0	0	0	0	4	4	0	9	-10	7	88º			

## Anexo 2 – Resultado da priorização geral (5 de 5)

Priorização das bases de Dados do MInfra																		
Conjuntos de dados	<table border="1"> <tr><td>ADMINISTRATIVO E ORÇAMENTÁRIO</td></tr> <tr><td>INCENTIVOS AO INVESTIMENTO</td></tr> <tr><td>PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO</td></tr> <tr><td>SETOR AÉREO</td></tr> <tr><td>SETOR AQUAVIÁRIO</td></tr> <tr><td>TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</td></tr> <tr><td>TRÂNSITO</td></tr> </table>	ADMINISTRATIVO E ORÇAMENTÁRIO	INCENTIVOS AO INVESTIMENTO	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	SETOR AÉREO	SETOR AQUAVIÁRIO	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	TRÂNSITO	Critérios								Total	Prioridade
		ADMINISTRATIVO E ORÇAMENTÁRIO																
INCENTIVOS AO INVESTIMENTO																		
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO																		
SETOR AÉREO																		
SETOR AQUAVIÁRIO																		
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO																		
TRÂNSITO																		
Peso	Grau de relevância para o cidadão (consulta pública) (Res. nº 3 CGINDA, Art. 1º, I, 1º)	Mais solicitados em transparência passiva desde a LAI - Volume de solicitações (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1º, VIII)	Solicitados em transparência passiva desde a LAI - Relevância	Refere-se a projetos estratégicos do governo/alinhamento com o planejamento estratégico (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1, IV)	Possibilidade de fomento a novos negócios na sociedade (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1º, VII)	Estímulo ao controle social (Res. nº 3 CGINDA, Art. 1º, II)	Capacidade de fomento ao desenvolvimento sustentável (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1º, VI)	Refere-se a um sistema estruturante e/ou utilizado por vários órgãos (Decreto 10046)	Esforço operacional técnico e de infraestrutura do Ministério na geração e administração do dado em formato aberto/impacto orçamentário e ou financeiro para abertura do dado									
Avaliador	5	4	4	3	4	4	3	3	-5									
	Consulta pública	Ouvidoria	Ouvidoria	SGEI	SGEI	Áreas de Negócio	Áreas de Negócio	Áreas de Negócio	TI (valores negativos)									
29	Local da estadia - porto (Porto Sem Papel)	0	0	0	0	4	4	0	9	-10	7	89º						
20	Estadia - eventos (Porto Sem Papel)	0	0	0	6	4	0	0	6	-10	6	90º						
18	Especialidades da carga do berço (Cadastro Nacional Portuário/PSP)	0	0	0	3	4	4	0	3	-10	4	91º						
22	Etapas ocorridas por um Documento Único Virtual - DUV	0	0	0	6	8	0	0	0	-10	4	92º						
8	Inventário de ativos (Tecnologia da Informação)	5	0	0	0	0	0	0	9	-10	4	93º						
32	Países visitados pelos tripulantes (Porto Sem Papel)	0	0	0	0	0	4	0	9	-10	3	94º						
1	Controle de matérias enviadas à Imprensa Nacional - 2019 (Denatran)	0	0	0	0	0	4	0	3	-5	2	95º						
37	Porto emissor de CSB (Certificado Sanitário de Bordo) da Anvisa	0	0	0	0	4	0	3	3	-10	0	96º						
12	Processos (SEI)	5	0	0	0	0	0	0	0	-5	0	97º						
18	Unidades (SEI)	5	0	0	0	0	0	0	0	-5	0	98º						
19	Usuários (SEI)	5	0	0	0	0	0	0	0	-5	0	99º						
10	Perfis (SEI)	0	0	0	0	0	0	0	0	-5	-5	100º						
16	Tipos de documentos (SEI)	0	0	0	0	0	0	0	0	-5	-5	101º						
17	Tipos de processos (SEI)	0	0	0	0	0	0	0	0	-5	-5	102º						
4	Bases de configuração (Tecnologia da Informação)	0	0	0	0	0	0	0	9	-15	-6	103º						
45	Tripulação de segurança (Cadastro Nacional Portuário/PSP)	0	0	0	0	0	0	0	0	-10	-10	104º						
46	Troca de agência do DUV	0	0	0	0	0	0	0	0	-10	-10	105º						
13	Registro de auditoria de sistemas (Tecnologia da Informação)	5	0	0	0	0	0	0	0	-15	-10	106º						
14	Registro de incidentes (Tecnologia da Informação)	0	0	0	0	0	0	0	0	-10	-10	107º						

### Anexo 3 – Resultado da priorização por área temática (1 de 5)

Priorização das bases de Dados do MInfra																		
Conjuntos de dados	Critérios									Total	Prioridade							
	ADMINISTRATIVO E ORÇAMENTÁRIO	INCENTIVOS AO INVESTIMENTO	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	SETOR AÉREO	SETOR AQUAVIÁRIO	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	TRÂNSITO	Grau de relevância para o cidadão (consulta pública) (Res. nº 3 CGINDA, Art. 1º, I, 1º)	Mais solicitados em transparência passiva desde a LAI - Volume de solicitações (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1º, VIII)			Solicitados em transparência passiva desde a LAI - Relevância	Referre-se a projetos estratégicos do governo/alinhamento com o planejamento estratégico (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1, IV)	Possibilidade de fomento a novos negócios na sociedade (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1º, VII)	Estímulo ao controle social (Res. nº 3 CGINDA, Art. 1º, II)	Capacidade de fomento ao desenvolvimento sustentável (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1º, VI)	Referre-se a um sistema estruturante e/ou utilizado por vários órgãos (Decreto 10046)	Esforço operacional técnico e de infraestrutura do Ministério na geração e administração do dado em formato aberto/impacto orçamentário e ou financeiro para abertura do dado
	Peso	5	4	4	3	4	4	3	3			-5						
Avaliador	Consulta pública	Ouvidoria	Ouvidoria	SGEI	SGEI	Áreas de Negócio	Áreas de Negócio	Áreas de Negócio	TI (valores negativos)									
1	Avaliação do PPA (Plano Plurianual) 2016-2019	10	4	8	9	0	12	6	9	-10	48	1º						
14	Programação Qualitativa PPA (Plano Plurianual) 2020-2023	10	4	8	9	0	8	9	9	-10	47	2º						
13	Programação Qualitativa PPA (Plano Plurianual) 2016-2019	5	4	8	9	0	8	9	9	-10	42	3º						
8	Execução Orçamentária e Financeira do MInfra	5	8	12	0	0	8	6	9	-10	38	4º						
6	Demonstrativo orçamentário - Tesouro Gerencial	10	0	12	0	0	12	3	9	-10	36	5º						
4	Dados da execução orçamentaria e financeira - Mensal	10	0	8	3	0	12	0	9	-10	32	6º						
7	Diárias e Passagens - MInfra	5	8	12	0	0	8	3	9	-15	30	7º						
2	Benefícios concedidos (Sistema Passe Livre)	5	12	12	3	4	8	0	0	-15	29	8º						
9	Informações dos usuários e os dados da corridas realizadas (TáxiGov)	5	0	8	0	0	8	3	9	-5	28	9º						
12	Pedidos de benefícios analisados (Sistema Passe Livre)	5	12	12	3	0	8	0	0	-15	25	10º						
3	Cronologia de pagamentos - MInfra	5	8	12	0	0	4	0	9	-15	23	11º						
11	PAC - Série Histórica	10	4	4	6	0	8	0	0	-10	22	12º						
5	Dados de bens patrimoniais imóveis sob a administração do MInfra	10	0	8	0	0	4	0	9	-15	16	13º						
10	Investimentos e Inversões Financeiras - Série Histórica	5	0	4	6	0	8	0	0	-10	13	14º						
2	Contratos de financiamento com recursos do FMM (Fundo da Marinha Mercante)	10	8	8	6	8	12	0	9	-10	51	1º						
5	Liberações do FMM (Fundo da Marinha Mercante)	5	12	12	0	0	12	0	9	-10	40	2º						
8	REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	10	8	8	6	8	0	6	3	-10	39	3º						
6	Projetos financiados com recursos do FMM (Fundo da Marinha Mercante)	5	4	8	6	4	12	0	9	-10	38	4º						
1	Arrecadação do AFRMM (Adicional do Frete para Renovação da Marinha Mercante)	5	12	12	3	4	0	0	9	-10	35	5º						
4	Liberação de recursos do FMM (Fundo da Marinha Mercante) por empresa	5	4	8	6	0	12	0	9	-10	34	6º						
7	Quantidade de projetos concluídos e valores liberados pelo FMM	5	4	8	6	0	12	0	9	-10	34	7º						
3	Debêntures Incentivadas	5	4	8	6	8	0	6	3	-10	30	8º						



## Anexo 3 – Resultado da priorização por área temática (2 de 5)

Priorização das bases de Dados do MInfra											
Conjuntos de dados	Critérios									Total	Prioridade
	Grau de relevância para o cidadão (consulta pública) (Res. nº 3 CGINDA, Art. 1º, I, 1º)	Mais solicitados em transparência passiva desde a LAI - Volume de solicitações (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1º, VIII)	Solicitados em transparência passiva desde a LAI - Relevância	Refere-se a projetos estratégicos do governo/alinhamento com o planejamento estratégico (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1, IV)	Possibilidade de fomento a novos negócios na sociedade (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1º, VII)	Estímulo ao controle social (Res. nº 3 CGINDA, Art. 1º, II)	Capacidade de fomento ao desenvolvimento sustentável (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1º, VI)	Refere-se a um sistema estruturante e/ou utilizado por vários órgãos (Decreto 10046)	Esforço operacional técnico e de infraestrutura do Ministério na geração e administração do dado em formato aberto/impacto orçamentário e ou financeiro para abertura do dado		
Peso	5	4	4	3	4	4	3	3	-5		
Avaliador	Consulta pública	Ouvidoria	Ouvidoria	SGEI	SGEI	Áreas de Negócio	Áreas de Negócio	Áreas de Negócio	TI (valores negativos)		
1 Indicadores Estratégicos	15	0	8	6	0	8	3	6	-5	41	1º
3 Programas e Projetos	15	0	8	6	0	4	3	6	-5	37	2º
2 Objetivos Estratégicos	10	0	8	6	0	8	3	6	-5	36	3º
2 Pesquisa de satisfação do passageiro em aeroportos	10	4	12	6	4	12	9	0	-5	52	1º
1 Outorgas aeroportuárias	10	8	12	3	4	8	9	0	-5	49	2º
38 Portos (Cadastro Nacional Portuário/PSP)	5	12	12	3	4	4	3	9	-10	42	1º
21 Estadia das embarcações no PSP (Porto Sem Papel)	0	0	0	6	8	12	9	9	-10	34	2º
1 Acessos aos portos (Cadastro Nacional Portuário/PSP)	5	12	12	3	4	4	0	3	-10	33	3º
2 Agência de navegação - DUV (Porto Sem Papel)	5	8	12	3	4	0	0	9	-10	31	4º
24 Histórico do VTMS (Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações)	0	0	0	6	8	12	6	9	-10	31	5º
16 Embarcações que estiveram em área afetada (Porto Sem Papel)	5	0	4	3	4	8	6	9	-10	29	6º
44 Tempo de estadia das embarcações no PSP (Porto Sem Papel)	5	0	0	6	4	8	6	9	-10	28	7º
4 Armador da embarcação (Porto Sem Papel)	5	8	8	3	4	0	0	9	-10	27	8º
10 Cadastro de embarcações (Cadastro Nacional Portuário/PSP)	5	4	8	3	4	4	0	9	-10	27	9º
26 Instalações portuárias privadas	5	0	4	6	8	0	6	3	-5	27	10º
11 Confirmação de sequenciamento - Portolog	5	0	0	3	8	8	6	6	-10	26	11º
34 Paradas de navios de cruzeiro (Porto Sem Papel)	5	0	0	3	8	8	3	9	-10	26	12º
31 Ocorrência Ambiental VTMS	0	0	0	0	4	12	6	9	-10	21	13º
12 Contratos de arrendamentos portuários - Alterações contratuais	5	0	0	9	8	0	0	3	-5	20	14º
17 Escala da embarcação (Porto Sem Papel)	5	0	4	0	4	8	0	9	-10	20	15º
41 Rastreamento do transporte de carga - Portolog	5	0	0	0	4	8	6	6	-10	19	16º
15 Documento Único Virtual - DUV (do Sistema Concentrador de Dados Portuários)	5	0	0	6	8	0	0	9	-10	18	17º

## Anexo 3 – Resultado da priorização por área temática (3 de 5)

Priorização das bases de Dados do MInfra												
Conjuntos de dados	Critérios									Total	Prioridade	
	Grau de relevância para o cidadão (consulta pública) (Res. nº 3 CGINDA, Art. 1º, I, 1º)	Mais solicitados em transparência passiva desde a LAI - Volume de solicitações (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1º, VIII)	Solicitados em transparência passiva desde a LAI - Relevância	Refere-se a projetos estratégicos do governo/alinhamento com o planejamento estratégico (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1, IV)	Possibilidade de fomento a novos negócios na sociedade (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1º, VII)	Estímulo ao controle social (Res. nº 3 CGINDA, Art. 1º, II)	Capacidade de fomento ao desenvolvimento sustentável (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1º, VI)	Refere-se a um sistema estruturante e/ou utilizado por vários órgãos (Decreto 10046)	Esforço operacional técnico e de infraestrutura do Ministério na geração e administração do dado em formato aberto/impacto orçamentário e ou financeiro para abertura do dado			
Peso	5	4	4	3	4	4	3	3	-5			
Avaliador	Consulta pública	Ouvidoria	Ouvidoria	SGEI	SGEI	Áreas de Negócio	Áreas de Negócio	Áreas de Negócio	TI (valores negativos)			
13	Convênios portuários - Delegação e descentralização	5	0	8	0	0	0	3	6	-5	17	18º
9	Cadastro de armadores (Cadastro Nacional Portuário/PSP)	5	0	4	3	8	0	0	6	-10	16	19º
27	Lista dos últimos portos visitados por embarcação (Porto Sem Papel)	5	0	0	0	4	8	0	9	-10	16	20º
42	Resumo de viajantes e tripulantes (Porto Sem Papel)	5	0	0	3	0	4	6	6	-10	14	21º
3	Agências de navegação (Cadastro Nacional Portuário/PSP)	5	4	4	3	4	0	0	3	-10	13	22º
6	Berços (Cadastro Nacional Portuário/PSP)	5	0	4	3	4	4	0	3	-10	13	23º
7	Boias de amarração (Cadastro Nacional Portuário/PSP)	5	0	4	3	4	4	0	3	-10	13	24º
8	Cabeços (Cadastro Nacional Portuário/PSP)	5	0	4	3	4	4	0	3	-10	13	25º
40	Próximos portos de escala da embarcação (Porto Sem Papel)	0	0	0	0	4	8	0	9	-10	11	26º
39	Portos estrangeiros (Porto Sem Papel)	0	0	0	3	4	4	0	9	-10	10	27º
14	Documento Logístico Eletrônico - DL-e	5	0	0	6	8	0	0	0	-10	9	28º
23	Fundeadouros (Cadastro Nacional Portuário/PSP)	5	0	0	3	4	4	0	3	-10	9	29º
33	Países visitados por passageiros (Porto Sem Papel)	5	0	0	0	0	4	0	9	-10	8	30º
36	Poligonais dos portos públicos	5	0	4	6	8	0	0	0	-15	8	31º
19	Estadia - características (Porto Sem Papel)	0	0	0	3	4	4	0	6	-10	7	32º
28	Locais de atracação (Porto Sem Papel)	0	0	0	0	4	4	0	9	-10	7	33º
29	Local da estadia - porto (Porto Sem Papel)	0	0	0	0	4	4	0	9	-10	7	34º
20	Estadia - eventos (Porto Sem Papel)	0	0	0	6	4	0	0	6	-10	6	35º
18	Especialidades da carga do berço (Cadastro Nacional Portuário/PSP)	0	0	0	3	4	4	0	3	-10	4	36º
22	Etapas ocorridas por um Documento Único Virtual - DUV	0	0	0	6	8	0	0	0	-10	4	37º
32	Países visitados pelos tripulantes (Porto Sem Papel)	0	0	0	0	0	4	0	9	-10	3	38º
37	Porto emissor de CSB (Certificado Sanitário de Bordo) da Anvisa	0	0	0	0	4	0	3	3	-10	0	39º
45	Tripulação de segurança (Cadastro Nacional Portuário/PSP)	0	0	0	0	0	0	0	0	-10	-10	40º
46	Troca de agência do DUV	0	0	0	0	0	0	0	0	-10	-10	41º

### Anexo 3 – Resultado da priorização por área temática (4 de 5)

Priorização das bases de Dados do MInfra															
Conjuntos de dados	Critérios									Total	Prioridade				
	ADMINISTRATIVO E ORÇAMENTÁRIO	INCENTIVOS AO INVESTIMENTO	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	SETOR AÉREO	SETOR AQUAVIÁRIO	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	TRÂNSITO	Grau de relevância para o cidadão (consulta pública) (Res. nº 3 CGINDA, Art. 1º, I, 1º)	Mais solicitados em transparência passiva desde a LAI - Volume de solicitações (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1º, VIII)			Solicitados em transparência passiva desde a LAI - Relevância	Refere-se a projetos estratégicos do governo/alinhamento com o planejamento estratégico (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1, IV)	Possibilidade de fomento a novos negócios na sociedade (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1º, VII)	Estímulo ao controle social (Res. nº 3 CGINDA, Art. 1º, II)
Peso	5	4	4	3	4	4	3	3	3	-5					
Avaliador	Consulta pública	Ouvidoria	Ouvidoria	SGEI	SGEI	Áreas de Negócio	Áreas de Negócio	Áreas de Negócio	TI (valores negativos)						
25	Informações dos portos (WebPortos)	10	8	12	6	4	12	0	9	-10	51	1º			
35	Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP)	5	12	12	6	4	12	0	9	-10	50	2º			
5	Arrendamento (WebPortos)	5	4	8	3	8	12	0	9	-10	39	3º			
30	Movimentação portuária (WebPortos)	5	0	0	6	4	12	0	9	-10	26	4º			
43	Segurança do aplicativo WebPortos	5	0	0	0	0	12	0	9	-10	16	5º			
1	Andamento de processos (SEI)	5	12	12	0	0	8	0	9	-5	41	1º			
6	Dados de execução dos contratos (Tecnologia da Informação)	5	12	12	0	0	0	0	9	-10	28	2º			
5	Conjuntos de regras de segurança (Tecnologia da Informação)	5	8	8	0	0	0	0	9	-10	20	3º			
9	Lista de projetos (Tecnologia da Informação)	10	0	8	0	0	0	0	9	-10	17	4º			
3	Base de usuários (Tecnologia da Informação)	5	0	4	0	0	8	0	9	-10	16	5º			
11	Portfólio de demandas de soluções (Tecnologia da Informação)	5	8	8	0	0	0	0	0	-5	16	6º			
2	Assinaturas (SEI)	0	4	4	0	0	0	0	9	-5	12	7º			
15	Relação de sistemas (Tecnologia da Informação)	5	0	8	3	0	0	0	0	-5	11	8º			
7	Documentos (SEI)	5	0	0	0	0	0	0	9	-5	9	9º			
8	Inventário de ativos (Tecnologia da Informação)	5	0	0	0	0	0	0	9	-10	4	10º			
12	Processos (SEI)	5	0	0	0	0	0	0	0	-5	0	11º			
18	Unidades (SEI)	5	0	0	0	0	0	0	0	-5	0	12º			
19	Usuários (SEI)	5	0	0	0	0	0	0	0	-5	0	13º			
10	Perfis (SEI)	0	0	0	0	0	0	0	0	-5	-5	14º			
16	Tipos de documentos (SEI)	0	0	0	0	0	0	0	0	-5	-5	15º			
17	Tipos de processos (SEI)	0	0	0	0	0	0	0	0	-5	-5	16º			
4	Bases de configuração (Tecnologia da Informação)	0	0	0	0	0	0	0	9	-15	-6	17º			
13	Registro de auditoria de sistemas (Tecnologia da Informação)	5	0	0	0	0	0	0	0	-15	-10	18º			
14	Registro de incidentes (Tecnologia da Informação)	0	0	0	0	0	0	0	0	-10	-10	19º			

### Anexo 3 – Resultado da priorização por área temática (5 de 5)

Priorização das bases de Dados do MInfra															
Conjuntos de dados	Critérios									Total	Prioridade				
	ADMINISTRATIVO E ORÇAMENTÁRIO	INCENTIVOS AO INVESTIMENTO	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	SETOR AÉREO	SETOR AQUAVIÁRIO	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	TRÂNSITO	Grau de relevância para o cidadão (consulta pública) (Res. nº 3 CGINDA, Art. 1º, I, 1º)	Mais solicitados em transparência passiva desde a LAI - Volume de solicitações (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1º, VIII)			Solicitados em transparência passiva desde a LAI - Relevância	Refere-se a projetos estratégicos do governo/alinhamento com o planejamento estratégico (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1, IV)	Possibilidade de fomento a novos negócios na sociedade (Res. nº 03 CGINDA, Art. 1º, VII)	Estímulo ao controle social (Res. nº 3 CGINDA, Art. 1º, II)
Peso	5	4	4	3	4	4	3	4	3	3	-5				
Avaliador	Consulta pública	Ouvidoria	Ouvidoria	SGEI	SGEI	Áreas de Negócio	Áreas de Negócio	Áreas de Negócio	TI (valores negativos)						
6	Frota de veículos automotores	10	12	12	6	12	12	9	9	-10	72	1º			
14	Registro Nacional de Carteira de Habilitação	5	12	12	6	12	8	0	9	-10	54	2º			
15	Restrição a veículos (Denatran)	5	12	12	6	12	8	0	6	-10	51	3º			
7	Homologação de veículos (Denatran)	0	12	12	3	8	12	6	9	-15	47	4º			
12	Quantidade de infrações	5	12	12	3	12	4	0	9	-10	47	5º			
3	Exames Toxicológicos - Estatística (Denatran)	5	12	12	3	4	12	0	6	-10	44	6º			
13	Recall (Denatran)	5	4	8	3	8	8	6	6	-10	38	7º			
9	ITL - Instituições Técnicas Licenciadas	0	12	12	3	4	4	6	6	-10	37	8º			
8	Informações financeiras - Arrecadação (Denatran)	5	8	12	3	4	4	0	3	-5	34	9º			
10	Normativos de trânsito	5	12	12	3	8	0	0	9	-15	34	10º			
5	Fabricantes de placa veicular (Denatran)	0	12	12	3	4	8	0	3	-10	32	11º			
4	Exames Toxicológicos - Laboratórios (Denatran)	0	12	12	3	4	4	0	6	-10	31	12º			
11	Programação financeira (Denatran)	5	8	12	0	0	0	0	0	-5	20	13º			
2	Declarações de disponibilidade orçamentária emitidas em 2019 (Denatran)	0	8	12	0	0	0	0	3	-5	18	14º			
1	Controle de matérias enviadas à Imprensa Nacional - 2019 (Denatran)	0	0	0	0	0	4	0	3	-5	2	15º			

## Anexo 4 – Resultado da consulta pública (1 de 2)

Conjuntos de dados	Nº manifestações	Nota
<b>Total geral de manifestações de interesse</b>	<b>247</b>	<b>-</b>
Programas e Projetos	17	3
Indicadores Estratégicos	13	3
Objetivos Estratégicos	8	2
Dados da execução orçamentária e financeira - Mensal	7	2
Informações dos portos (WebPortos)	7	2
Programação Qualitativa PPA (Plano Plurianual) 2020-2023	7	2
Lista de projetos (Tecnologia da Informação)	6	2
PAC - Série Histórica	6	2
Pesquisa de satisfação do passageiro em aeroportos	6	2
REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	6	2
Avaliação do PPA (Plano Plurianual) 2016-2019	5	2
Contratos de financiamento com recursos do FMM (Fundo da Marinha Mercante)	5	2
Dados de bens patrimoniais imóveis sob a administração do MInfra	5	2
Demonstrativo orçamentário - Tesouro Gerencial	5	2
Frota de veículos automotores	5	2
Outorgas aeroportuárias	5	2
Cadastro de Embarcações (Cadastro Nacional Portuário/PSP)	4	1
Documento Logístico Eletrônico - DL-e	4	1
Liberação de recursos do FMM (Fundo da Marinha Mercante) por empresa	4	1
Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP)	4	1
Projetos financiados com recursos do FMM (Fundo da Marinha Mercante)	4	1
Quantidade de projetos concluídos e valores liberados pelo FMM (Fundo da Marinha Mercante)	4	1
Registro Nacional de Carteira de Habilitação	4	1
Acessos aos portos (Cadastro Nacional Portuário/PSP)	3	1
Arrendamento (WebPortos)	3	1
Base de usuários (Tecnologia da Informação)	3	1
Benefícios concedidos (Sistema Passe Livre)	3	1
Cronologia de pagamentos - MInfra	3	1
Debêntures Incentivadas	3	1
Diárias e Passagens - MInfra	3	1
Informações dos usuários e os dados da corridas realizadas (TaxiGov)	3	1
Liberação do FMM (Fundo da Marinha Mercante)	3	1
Poligonais dos portos públicos	3	1
Processos (SEI)	3	1
Programação Qualitativa PPA (Plano Plurianual) 2016-2019	3	1
Rastreamento do transporte de carga (Portolog)	3	1
Andamento de processos (SEI)	2	1
Armador da embarcação (Porto Sem Papel)	2	1
Arrecadação do AFRMM (Adicional do Frete para Renovação da Marinha Mercante)	2	1
Berços (Cadastro Nacional Portuário/PSP)	2	1

## Anexo 4 – Resultado da consulta pública (2 de 2)

Conjuntos de dados	Nº manifestações	Nota
Cadastro de armadores (Cadastro Nacional Portuário/PSP)	2	1
Conjuntos de regras de Segurança (Tecnologia da Informação)	2	1
Dados de execução dos contratos (Tecnologia da Informação)	2	1
Documento Único Virtual - DUV (Documento Único Virtual do Sistema Concentrador de Dados Portuários)	2	1
Embarcações que estiveram em Área afetada (Porto Sem Papel)	2	1
Escala da embarcação (Porto Sem Papel)	2	1
Execução Orçamentária e Financeira do Minfra	2	1
Informações financeiras - Arrecadação (Denatran)	2	1
Instalações portuárias privadas	2	1
Investimentos e Inversões Financeiras - Série Histórica	2	1
Lista dos últimos portos visitados por embarcação (Porto Sem Papel)	2	1
Movimentação portuária (WebPortos)	2	1
Normativos de trânsito	2	1
Países visitados por passageiros (Porto Sem Papel)	2	1
Paradas de navios de cruzeiro (Porto Sem Papel)	2	1
Pedidos de Benefícios analisados (Sistema Passe Livre)	2	1
Portos (Cadastro Nacional Portuário/PSP)	2	1
Programação financeira (Denatran)	2	1
Agência de navegação/DUV (Porto Sem Papel)	1	1
Agências de navegação (Cadastro Nacional Portuário/PSP)	1	1
Boias de amarração (Cadastro Nacional Portuário/PSP)	1	1
Cabeços (Cadastro Nacional Portuário/PSP)	1	1
Confirmação de sequenciamento (Portolog)	1	1
Contratos de arrendamentos Portuários - Alterações contratuais	1	1
Convênios Portuários - Delegação e descentralização	1	1
Documentos (SEI)	1	1
Exames Toxicológicos - Estatística (Denatran)	1	1
Fundeadouros (Cadastro Nacional Portuário/PSP)	1	1
Restrição a veículos (Denatran)	1	1
Inventário de ativos (Tecnologia da Informação)	1	1
Inventário de ativos (Tecnologia da Informação);	1	1
Portfólio de demandas de soluções (tecnologia da informação)	1	1
Quantidade de infrações	1	1
Recall (Denatran)	1	1
Registro de auditoria de sistemas (Tecnologia da Informação)	1	1
Relação de sistemas (Tecnologia da Informação)	1	1
Resumo de viajantes e tripulantes (Porto Sem Papel)	1	1
Segurança do aplicativo WebPortos	1	1
Tempo de estadia das Embarcações no PSP (Porto Sem Papel)	1	1
Unidades (SEI)	1	1
Usuários (SEI)	1	1

## Anexo 5 – Revisão PDA 2017 – 2019 Dados mantidos

Conjuntos de dados PDA 2017-2019	Área temática PDA 2020-2021	Conjuntos de dados PDA 2020-2021	Unidade responsável PDA 2020-2021	Previsão de abertura do conjunto de dados	Frequência/atualização
Catálogo sobre Gestão Aeroportuária	Setor aéreo	Pesquisa de satisfação do passageiro em aeroportos	SAC/DPG	set/20	Trimestral
Catálogo sobre Outorgas Aeroportuárias	Setor aéreo	Outorgas aeroportuárias	SAC/DEOUP	set/20	Semestral
Quantidade de Projetos Aprovados	Incentivos ao investimento	REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	SFPP/DEFOM/CGIF	set/20	Semestral
Quantidade de Projetos Habilitados	Incentivos ao investimento	REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	SFPP/DEFOM/CGIF	set/20	Semestral
Estimativa de Investimento/Desoneração	Incentivos ao investimento	REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	SFPP/DEFOM/CGIF	set/20	Semestral
Quantidade de Projetos Aprovados	Incentivos ao investimento	Debêntures Incentivadas	SFPP/DEFOM/CGIF	set/20	Semestral
Quantidade de Projetos que emitiram Debêntures Incentivadas	Incentivos ao investimento	Debêntures Incentivadas	SFPP/DEFOM/CGIF	set/20	Semestral
Valor das Emissões	Incentivos ao investimento	Debêntures Incentivadas	SFPP/DEFOM/CGIF	set/20	Semestral
Financiamentos Contratados	Incentivos ao investimento	Projetos financiados com recursos do FMM (Fundo da Marinha Mercante)	SFPP/DEFOM/CGPFI	set/20	Semestral
Desembolsos de recursos do FMM para financiamentos	Incentivos ao investimento	Quantidade de projetos concluídos e valores liberados pelo FMM (Fundo da Marinha Mercante)	SFPP/DEFOM/CGPFI	set/20	Anual
Entregas de construções financiadas pelo FMM	Incentivos ao investimento	Quantidade de projetos concluídos e valores liberados pelo FMM (Fundo da Marinha Mercante)	SFPP/DEFOM/CGPFI	set/20	Anual
Renovação de Contratos de Arrendamentos	Setor aquaviário	Contratos de Arrendamentos - Alterações Contratuais	SNPTA/DGCO	set/20	Trimestral
REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	Incentivos ao investimento	REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	SFPP/DEFOM/CGIF	set/20	Semestral
Cadastro de Portos abrangidos pelo PSP	Setor aquaviário	Informações dos portos	SNPTA/DGMP/CGGP	set/20	Mensal
Estadias de embarcações abrangidas pelo PSP	Setor aquaviário	Estadia das embarcações no PSP	SNPTA/DGMP/CGGP	ago/21	Mensal
Série Histórica da Execução Orçamentária	Administrativo e orçamentário	Série Histórica - Investimento e Inversões Financeiras	SE/SPOA/CGAA	set/20	Trimestral
Resumo Diário da Execução Orçamentária	Administrativo e orçamentário	Série Histórica - Investimento e Inversões Financeiras	SE/SPOA/CGAA	set/20	Trimestral
Demonstrativo Orçamentário	Administrativo e orçamentário	Informações sobre a execução Orçamentaria e Financeira	SE/SPOA/CGRL	set/20	Trimestral

## Anexo 6 – Revisão PDA 2017 – 2019 Dados descontinuados

Conjuntos de dados PDA 2017-2019	Unidade responsável	Frequência Atualização	Interfaces relevantes	Justificativa para a descontinuação na disponibilização dos dados
Catálogo de Infraestrutura Aeroportuária	SEAP	Anual	ANAC, Infraero, concessionárias de aeroportos	A criação e manutenção de inventários e catálogos corporativos desses dados, conforme inciso I, §2º, Art. 5º, do Decreto nº. 8.777/2016, é de competência de entidade vinculada ao MInfra.
Concessões Federais existentes	SFAT/CGCAP	Trimestral	ANTT	
Investimento das Concessões Federais existentes	SFAT/CGCAP	Mensal	ANTT	
Total de quilômetros de rodovias duplicadas em Concessões Federais	SFAT/CGCAP	Mensal	ANTT	
Tráfego de veículos em Rodovias Federais concedidas	SFAT/CGCAP	Mensal	ANTT	
Valor dos Pedágios	SFAT/CGCAP	Mensal	ANTT	
Empreendimentos ferroviários priorizados pelo Governo	SFAT/CGCAP	Eventual	PPI/EPL/ANTT/ VALEC	
Prazos das novas concessões ferroviárias	SFAT/CGCAP	Eventual	PPI/EPL/ANTT/ VALEC	
Instalações Portuárias	SPNT/CGINT	Semestral	SEP; ANTAQ	
Aeródromos	SPNT/CGINT	Semestral	SAC; ANAC; Infraero	
Sistema Federal de Viação	SPNT/CGINT	Semestral	Setor Transportes	
Malha Rodoviária	SPNT/CGINT	Semestral	DNIT; ANTT	
Malha Ferroviária	SPNT/CGINT	Semestral	DNIT; ANTT; VALEC	
Malha Hidroviária	SPNT/CGINT	Semestral	SEP; ANTAQ; DNIT	
Informações de Contratos Rodoviários	SEGES/DEPTRA	Trimestral	DNIT	
Informações de Contratos Ferroviários	SEGES/DEPTF	Trimestral	VALEC; DNIT	
Informações de Contratos Hidroviários	SEGES/DEPTRA	Trimestral	DNIT	
Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico	SEGES/DEPTF	-	Estados	A criação e manutenção de inventários e catálogos corporativos desses dados, conforme inciso I, §2º, Art. 5º, do Decreto nº. 8.777/2016, é de competência do Tesouro Nacional.
Centros de Integração Logística - CIL	SPNT/CGINT	-	-	Relatório de estudo. Conjunto de dados não se enquadra na definição de Dados Abertos, nos termos do Art. 2º, III, Decreto nº 8.777/2016.
Plano Hidroviário Estratégico - PHE	SPNT/CGINT	-	-	
Corredores Logísticos Estratégicos	SPNT/CGINT	Eventual	Setor Transportes	



## Anexo 7 – Cronograma de abertura dos dados (1 de 3)

Área temática	Conjuntos de dados	Unidade responsável	Portal de Dados Abertos	
			Previsão de abertura do dado (mês/ano)	Periodicidade de atualização do dado
Setor aquaviário	Portos (Cadastro Nacional Portuário/PSP)	SNPTA/DGMP/CGGP	ago/20	Semestral
Administrativo e orçamentário	Avaliação do PPA (Plano Plurianual) 2016-2019	SE/SPOA/CGAA	set/20	Trimestral
	Investimentos e Inversões Financeiras - Série Histórica	SE/SPOA/CGAA	set/20	Trimestral
	PAC - Série Histórica	SE/SPOA/CGAA	set/20	Trimestral
	Programação Qualitativa PPA (Plano Plurianual) 2016-2019	SE/SPOA/CGAA	set/20	Trimestral
	Programação Qualitativa PPA (Plano Plurianual) 2020-2023	SE/SPOA/CGAA	set/20	Trimestral
	Dados da execução orçamentaria e financeira - Mensal	SE/SPOA/CGFC	set/20	Trimestral
	Demonstrativo orçamentário - Tesouro Gerencial	SE/SPOA/CGORC	set/20	Trimestral
	Dados de bens patrimoniais imóveis sob a administração do MInfra	SE/SPOA/CGRL	set/20	Anual
	Informações dos usuários e os dados da corridas realizadas (TáxiGov)	SE/SPOA/CGRL	set/20	Semestral
	Cronologia de pagamentos - MInfra	SE/SPOA/CGRL	set/20	Trimestral
Incentivos ao investimento	Debêntures Incentivadas	SFPP/DEFOM/CGIF	set/20	Semestral
	REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	SFPP/DEFOM/CGIF	set/20	Semestral
Planejamento estratégico	Objetivos Estratégicos	SE/SGETI/CGGE	set/20	Anual
	Programas e Projetos	SE/SGETI/CGGE	set/20	Anual
Setor aéreo	Outorgas aeroportuárias	SAC/DEOUP	set/20	Semestral
	Pesquisa de satisfação do passageiro em aeroportos	SAC/DPG	set/20	Trimestral
Setor aquaviário	Convênios portuários - Delegação e descentralização	SNPTA/DGMP/CGDD	set/20	Mensal
	Histórico do VTMS (Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações)	SNPTA/DGMP/CGGP	set/20	Trimestral
	Instalações portuárias privadas	SNPTA/DNOP/CGPA	set/20	Trimestral
Tecnologia da informação	Dados de execução dos contratos (Tecnologia da Informação)	SE/SGETI	set/20	Trimestral
	Lista de projetos (Tecnologia da Informação)	SE/SGETI	set/20	Trimestral
	Andamento de processos (SEI)	SE/SGETI/CGIT	set/20	Mensal

## Anexo 7 – Cronograma de abertura dos dados (2 de 3)

Área temática	Conjuntos de dados	Unidade responsável	Portal de Dados Abertos	
			Previsão de abertura do dado (mês/ano)	Periodicidade de atualização do dado
Tecnologia da informação	Assinaturas (SEI)	SE/SGETI/CGIT	set/20	Mensal
	Documentos (SEI)	SE/SGETI/CGIT	set/20	Mensal
	Processos (SEI)	SE/SGETI/CGIT	set/20	Mensal
	Unidades (SEI)	SE/SGETI/CGIT	set/20	Mensal
	Perfis (SEI)	SE/SGETI/CGIT	set/20	Mensal
	Tipos de documentos (SEI)	SE/SGETI/CGIT	set/20	Mensal
	Portifólio de demandas de soluções (Tecnologia da Informação)	SE/SGETI/CGIT	set/20	Semestral
	Registro de incidentes (Tecnologia da Informação)	SE/SGETI/CGST	set/20	Mensal
	Inventário de ativos (Tecnologia da Informação)	SE/SGETI/CGST	set/20	Semestral
	Relação de sistemas (Tecnologia da Informação)	SE/SGETI/CGST	set/20	Semestral
Trânsito	Frota de veículos automotores	SNTT/Denatran/CGSIE	set/20	Mensal
	Quantidade de infrações	SNTT/Denatran/CGSIE	set/20	Mensal
	Registro Nacional de Carteira de Habilitação	SNTT/Denatran/CGSIE	set/20	Mensal
	Restrição a veículos (Denatran)	SNTT/Denatran/CGSIE	set/20	Mensal
Tecnologia da informação	Tipos de processos (SEI)	SE/SGETI/CGIT	out/20	Mensal
Setor aquaviário	Contratos de arrendamentos portuários - Alterações contratuais	SNPTA/DGCO	out/20	Trimestral
	Acessos aos portos (Cadastro Nacional Portuário/PSP)	SNPTA/DGMP/CGGP	dez/20	Semestral
Trânsito	Exames Toxicológicos - Estatística (Denatran)	SNTT/Denatran/CGET	dez/20	Anual
	Exames Toxicológicos - Laboratórios (Denatran)	SNTT/Denatran/CGET	dez/20	Anual
	Informações financeiras - Arrecadação (Denatran)	SNTT/Denatran/CGPLAN	dez/20	Anual
	Fabricantes de placa veicular (Denatran)	SNTT/Denatran/CGSIE	dez/20	Anual
Incentivos ao investimento	Arrecadação do AFRMM (Adicional do Frete para Renovação da Marinha Mercante)	SFPP/DEFOM/CGPFI	jan/21	Anual
	Contratos de financiamento com recursos do FMM (Fundo da Marinha Mercante)	SFPP/DEFOM/CGPFI	jan/21	Anual
	Liberação de recursos do FMM (Fundo da Marinha Mercante) por empresa	SFPP/DEFOM/CGPFI	jan/21	Anual

## Anexo 7 – Cronograma de abertura dos dados (3 de 3)

Área temática	Conjuntos de dados	Unidade responsável	Portal de Dados Abertos	
			Previsão de abertura do dado (mês/ano)	Periodicidade de atualização do dado
Incentivos ao investimento	Liberações do FMM (Fundo da Marinha Mercante)	SFPP/DEFOM/CGPFI	jan/21	Anual
	Projetos financiados com recursos do FMM (Fundo da Marinha Mercante)	SFPP/DEFOM/CGPFI	jan/21	Anual
	Quantidade de projetos concluídos e valores liberados pelo FMM (Fundo da Marinha Mercante)	SFPP/DEFOM/CGPFI	jan/21	Anual
Setor aquaviário	Agência de navegação - DUV (Porto Sem Papel)	SNPTA/DGMP/CGGP	mar/21	Trimestral
Planejamento estratégico	Indicadores Estratégicos	SE/SGETI/CGGE	abr/21	Anual
Setor aquaviário	Estadia das embarcações no PSP (Porto Sem Papel)	SNPTA/DGMP/CGGP	set/21	Trimestral
	Embarcações que estiveram em área afetada (Porto Sem Papel)	SNPTA/DGMP/CGGP	dez/21	Trimestral
Trânsito	Normativos de trânsito	SNTT/Denatran/CGATF	dez/21	Anual
	Controle de matérias enviadas à Imprensa Nacional - 2019 (Denatran)	SNTT/Denatran/CGPLAN	dez/21	Anual
	Declarações de disponibilidade orçamentária emitidas em 2019 (Denatran)	SNTT/Denatran/CGPLAN	dez/21	Anual
	Programação financeira (Denatran)	SNTT/Denatran/CGPLAN	dez/21	Anual
	Homologação de veículos (Denatran)	SNTT/Denatran/CGSV	dez/21	Semestral
	ITL - Instituições Técnicas Licenciadas	SNTT/Denatran/CGSV	dez/21	Semestral
	Recall (Denatran)	SNTT/Denatran/CGSV	dez/21	Trimestral

## Anexo 8 – Justificativa para não abertura dos dados

Área temática	Conjunto de dado	Unidade responsável	Justificativa para não abertura do dado
Administrativo e orçamentário	Diárias e Passagens - MInfra	SE/SPOA/CGRL	Os dados já estão disponíveis no portal "Painel de Viagens" do Governo Federal, site de acesso público.
	Benefícios concedidos (Sistema Passe Livre)	SE/SPOA/PASSE LIVRE	A gestão do Passe Livre foi delegada à ANTT (Portaria nº 583, de 04 de dezembro de 2019). Com isso, A criação e manutenção de inventários e catálogos corporativos desses dados, conforme inciso I, §2º, Art. 5º, do Decreto nº. 8.777/2016, é de competência da Agência.
	Pedidos de benefícios analisados (Sistema Passe Livre)		
	Execução Orçamentária e Financeira do MInfra	SE/SPOA/CGRL	Concluiu-se que estava em redundância com o conjunto de dados "Dados da execução orçamentaria e financeira -Mensal".
Setor aquaviário	Movimentação portuária (WebPortos)	SFPP/DPI/CGPLAN	A criação e manutenção de inventários e catálogos corporativos desses dados, conforme inciso I, §2º, Art. 5º, do Decreto nº. 8.777/2016, é de competência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, devendo portanto fazer parte de seu próprio PDA.
	Agências de navegação (Cadastro Nacional Portuário/PSP)	SNPTA/DGMP/CGGP	A SNTPA não possui os dados estruturados e disponíveis para divulgação. Os dados estão hospedados em sistema do Serpro, gerando impacto financeiro ao MInfra para disponibilização, motivo pelo qual esse conjunto de dados não será disponibilizado na vigência do PDA 2020-2021.
	Armador da embarcação (Porto Sem Papel)		
	Berços (Cadastro Nacional Portuário/PSP)		
	Boias de amarração (Cadastro Nacional Portuário/PSP)		
	Cabeços (Cadastro Nacional Portuário/PSP)		
	Cadastro de armadores (Cadastro Nacional Portuário/PSP)		
	Cadastro de embarcações (Cadastro Nacional Portuário/PSP)		
	Confirmação de sequenciamento – Portolog		
	Documento Logístico Eletrônico - DL-e		
	Documento Único Virtual - DUV (Documento Único Virtual do Sistema Concentrador de Dados Portuários)		
	Escala da embarcação (Porto Sem Papel)		
	Especialidades da carga do berço (Cadastro Nacional Portuário/PSP)		
	Estadia - características (Porto Sem Papel)		
	Estadia - eventos (Porto Sem Papel)		
	Etapas ocorridas por um Documento Único Virtual - DUV (Documento Único Virtual do Sistema Concentrador de Dados Portuários)		
	Fundeadouros (Cadastro Nacional Portuário/PSP)		
	Lista dos últimos portos visitados por embarcação (Porto Sem Papel)		
	Locais de atracação (Porto Sem Papel)		
	Local da estadia - porto (Porto Sem Papel)		
	Ocorrência Ambiental VTMS (Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações)		
	Países visitados pelos tripulantes (Porto Sem Papel)		
	Países visitados por passageiros (Porto Sem Papel)		
Paradas de navios de cruzeiro (Porto Sem Papel)			
Porto emissor de CSB (Certificado Sanitário de Bordo) da Anvisa			
Portos estrangeiros (Porto Sem Papel)			
Próximos portos de escala da embarcação (Porto Sem Papel)			

## Anexo 8 – Justificativa para não abertura dos dados

Área temática	Conjunto de dado	Unidade responsável	Justificativa para não abertura do dado
Setor aquaviário	Rastreamento do transporte de carga – Portolog	SNPTA/DGMP/CGGP	A SNTPA não possui os dados estruturados e disponíveis para divulgação. Os dados estão hospedados em sistema do Serpro, gerando impacto financeiro ao MInfra para disponibilização, motivo pelo qual esse conjunto de dados não será disponibilizado na vigência do PDA 2020-2021.
	Resumo de viajantes e tripulantes (Porto Sem Papel)		
	Tempo de estadia das embarcações no PSP (Porto Sem Papel)		
	Tripulação de segurança (Cadastro Nacional Portuário/PSP)		
	Troca de agência do DUV (Documento Único Virtual do Sistema Concentrador de Dados Portuários)		
	Arrendamento (WebPortos)	SFPP/DPI/CGPLAN	Conjunto de dados ainda em processo de formatação e sistematização para atendimento à definição de Dados Abertos, nos termos do Art. 2º, III, Decreto nº 8.777/2016.
	Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP)		
	Informações dos portos (WebPortos)		Conjunto de dados provisoriamente em fase de migração para ONTL/EPL para atendimento à definição de Dados Abertos, nos termos do Art. 2º, III, Decreto nº 8.777/2016.
	Segurança do aplicativo WebPortos		Dados qualificados pelo MInfra como não acessíveis ao público, por se tratar de informação sigilosa (Art. 4º, III) nos termos do Art. 23, VII, Lei nº 12.527/2011.
	Poligonais dos portos públicos	SNPTA/DGMP/CGGP	Os dados já estão publicados no formato kmz no site do MInfra ( <a href="https://www.infraestrutura.gov.br/poligonais.html">https://www.infraestrutura.gov.br/poligonais.html</a> ).
Tecnologia da Informação	Base de usuários (Tecnologia da Informação)	SE/SGETI/CGIT	Dados qualificados pelo MInfra como não acessíveis ao público, por se tratar de informação pessoal, nos termos do Art. 4º, IV, Lei nº 12.527/2011 e da Portaria MTPA nº 922/2017, Art. 13 e 15.
	Usuários (SEI)		
	Bases de configuração (Tecnologia da Informação)		Dados qualificados pelo MInfra como não acessíveis ao público, por se tratar de informação sigilosa (Art. 4º, III) nos termos do Art. 23, VII, Lei nº 12.527/2011 e da Portaria MTPA nº 922/2017, Art. 13 e 15.
	Conjuntos de regras de segurança (Tecnologia da Informação)		
	Registro de auditoria de sistemas (Tecnologia da Informação)		

## Anexo 9 – Matriz de ações

AÇÃO	ATIVIDADES	META/PRAZO	UNIDADE RESPONSÁVEL
Capacitar os responsáveis nas áreas de negócio dos dados para implementação do PDA	<ol style="list-style-type: none"> <li>1 - Promover a capacitação sobre catalogação e a publicação no Portal de Dados Abertos do MInfra</li> <li>2 - Promover capacitação sobre os padrões da INDA</li> <li>3 - Promover a capacitação sobre cadastro e atualização do catálogo de metadados</li> <li>4 – Elaborar e disponibilizar manual de catalogação</li> </ol>	Até ago/20	CGIT/SGETI/SE
Configurar e disponibilizar o Portal de Dados Abertos do MInfra	<ol style="list-style-type: none"> <li>1 - Configurar a ferramenta CKAN</li> <li>2 - Ajustar a nova estrutura do MInfra no CKAN</li> <li>3 - Cadastrar novos integrantes no CKAN</li> </ol>	Até ago/20	CGIT/SGETI/SE
Disponibilizar os dados no formato aberto	<ol style="list-style-type: none"> <li>1 - Padronizar os dados no padrão INDA</li> <li>2 - Publicar os dados no Portal de Dados Abertos do MInfra</li> <li>3 - Atualizar os dados na periodicidade informada</li> <li>4 - Monitorar a consistência dos dados que foram abertos</li> <li>5 - Manter a integridade dos dados publicados</li> </ol>	Conforme Anexo 7	Área de negócio responsável pelo dado
Dar suporte às ações de monitoramento da execução do PDA	<ol style="list-style-type: none"> <li>1 - Desenvolver painel para monitoramento da publicação dos dados</li> <li>2 - Manter o painel atualizado de forma a dar subsídio à Autoridade de monitoramento da LAI para as ações de monitoramento da execução do PDA</li> </ol>	Até ago/20	CGIT/SGETI/SE
Promover a sustentabilidade dos dados já publicados	<ol style="list-style-type: none"> <li>1 - Monitorar o cumprimento do cronograma de abertura dos dados</li> <li>2 - Contatar os responsáveis pelos dados quando houver necessidade</li> <li>3 – Zelar pela persistente disponibilidade dos dados publicados</li> </ol>	Ação contínua	Autoridade de monitoramento da LAI
Realizar o monitoramento do PDA	<ol style="list-style-type: none"> <li>1 - Elaborar relatório anual de acompanhamento do PDA</li> <li>2 - Verificar e apontar a possibilidade de melhorias</li> </ol>	Fev/21 e fev/22	Autoridade de monitoramento da LAI
Criar canais institucionais de comunicação e divulgação de abertura dos dados	<ol style="list-style-type: none"> <li>1 - Realizar ações de divulgação por ocasião da abertura de cada conjunto de dados</li> </ol>	Conforme Anexo 7	Autoridade de monitoramento da LAI AESCOM/GM
Criar ações de fomento à cultura de utilização de dados abertos	<ol style="list-style-type: none"> <li>1 - Promover evento para divulgação dos dados abertos do MInfra junto à sociedade civil</li> </ol>	Até set/21	Autoridade de monitoramento da LAI
Dar apoio às ações de fomento à cultura de utilização de dados abertos	<ol style="list-style-type: none"> <li>1 - Auxiliar, no que couber, a Autoridade de monitoramento da LAI na ação de promover eventos para divulgação dos dados abertos do MInfra junto à sociedade civil</li> </ol>	Até set/21	CGINF/DPI/SFPP CGIT/SGETI/SE
Manter atualizado o documento do PDA	<ol style="list-style-type: none"> <li>1 - Fazer as revisões no documento sempre que necessário</li> <li>2 - Coordenar os trabalhos de atualização do PDA ao final de cada ciclo</li> </ol>	Sob demanda Até jan/22	CGINF/DPI/SFPP

MINISTÉRIO DA  
INFRAESTRUTURA



PÁTRIA AMADA  
**BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL

